

EXTRA

CLASSE-ORG-BR

ANO 26 | Nº 255 | JULHO DE 2021

25 Anos

ESPECIAL

Governo Bolsonaro prepara "reforma" dos Direitos Humanos
p.14



Foto: Mídia Ninja

Foto: Alan Santos/PR



ENTREVISTA

O professor Paulo Ribeiro Cunha, doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, defende com ressalvas a participação das Forças Armadas na política
p.04

Qual é o papel dos militares na democracia?

Nesta edição:



Foto: Guittem Serefini/PMVA

EDUCAÇÃO

Os primeiros meses de aulas presenciais na pandemia no RS
p.08



Foto: ANP/Unipiscano

ECONOMIA

Recuperação não gera empregos nem chega aos mais pobres
p.12

04 ENTREVISTA

Paulo Ribeiro Cunha analisa o papel dos militares na democracia

08 EDUCAÇÃO

Um balanço dos mais de 60 dias de aulas presenciais na pandemia

11 WEISSHEIMER

Crime de ecocídio e as denúncias contra Bolsonaro na Corte Internacional

12 ECONOMIA

Recuperação não gera empregos nem chega aos mais pobres

14 ESPECIAL

Revisão ameaça conquistas históricas do país na área dos direitos humanos

18 ENSINO PRIVADO

Recuperação Judicial no ensino no Brasil

22 ROLIM

Nelinho, Dionísio e Binho

23 ARTE +

Memória, afeto e ancestralidade

EDITORIAL

Militares e o poder

As relações dos militares com a sociedade civil em uma perspectiva histórica e o papel das Forças Armadas no governo de Jair Bolsonaro (sem partido) são o amplo tema da entrevista do mês, com o professor Paulo Ribeiro Cunha, doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas (Unicamp) e livre docente da Universidade Estadual Paulista (Unesp-Marília). As Forças Armadas devem pedir desculpas à nação pelo período ditatorial e é necessário separar a instituição dos seus torturadores, propõe Cunha. "Quando isso acontecer, a memória será enterrada e o episódio vira história."

Autor de *Militares e militância: Uma relação dialética e conflituosa* (Ed. Unesp, 484 p., 2021), recém-lançado em segunda edição, entre outros livros referenciais sobre militarismo e democracia, Cunha, que foi consultor da Comissão Nacional da Verdade para assuntos militares, defende que quadros das três armas participem da vida política do país, embora reconheça o estrago que representou para a sociedade, em um passado recente, o comando do Brasil nas mãos de generais durante os anos de chumbo.

Recentemente, sob a caneta do general Eduardo Pazuello, o país teve uma amostra de ineficiência com contornos de corrupção. "Não é um militar que vai resolver os problemas do país", constata o entrevistado ao afirmar que a gestão de Pazuello no Ministério da Saúde "enterrou de vez aquela concepção de que os militares são ótimos gestores". Para que não restem dúvidas sobre sua tese, Cunha esclarece: "Os militares têm o direito de participar da política e, aliás, historicamente sempre participaram. Porém, uma coisa é o direito de participar e outra é partidizar a instituição, como Bolsonaro tem tentado fazer com membros das Forças Armadas".

Crescimento para quem?

Uma tendência de melhora dos indicadores de crescimento econômico vem animando o mercado financeiro e a equipe econômica comandada pelo ministro Paulo Guedes. Porém, essa suposta reação oculta um PIB sem geração de empregos e preços cada vez mais fora de controle, aspectos que castigam com inflação as camadas que já gastam a maior parte da renda com alimentos. Trocando em miúdos, a economia cresce, mas os setores que geram empregos não participam da festa. Enquanto isso, a concentração de renda aumentou, e a condição econômica piorou para a maioria da população. Como dizia o general Médici nos anos 1970: "A economia vai bem, mas o povo vai mal".

Direitos humanos

Marco histórico dos direitos humanos no país, o Programa Nacional de Direitos Humanos pode ser transfigurado pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que, sob o comando da ministra Damares Alves, está fazendo uma revisão das políticas de proteção de minorias contra violações de direitos básicos. Em sintonia com o desprezo dispensado pelo presidente Bolsonaro e seus filhos aos direitos humanos, a "revisão" encomendada à ministra dispensa a transparência, o diálogo ou consensos, exclui comunidades envolvidas e especialistas e sinaliza com o desmonte do *status* de política pública conquistado nas últimas décadas. Esses são os destaques desta edição – que em virtude da pandemia não foi impresso, mas publicado nas versões PDF, Flip e on-line.

Confira também: Arte Mais, Fraga, Verissimo, Weissheimer, Edgar Vasques, Rafael Corrêa, Rafael Sica, Santiago.



Boa leitura!



REDAÇÃO: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Fernanda Crancio, Flavia Bemfica e Marcelo Menna Barreto

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283

extraclasse@sinprors.org.br

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclasse.org.br](https://www.extraclasse.org.br) [fb.com/jornalextraclasse](https://www.facebook.com/jornalextraclasse) [instagram.com/jornalextraclasse](https://www.instagram.com/jornalextraclasse)

Vacinas I

Das 7.431 pessoas em situação de rua registradas no Cadastro Único no Rio Grande do Sul, 1.539 foram imunizadas contra a covid-19 até o dia 29 de junho, segundo o Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde da Secretaria Estadual da Saúde. O cronograma de vacinação dos grupos prioritários prevê a imunização de mais de 5 milhões de pessoas no estado até o dia 9 de julho e a totalidade da população em situação de rua de acordo com a disponibilidade de doses e da estrutura dos municípios. Até agora, foram imunizados 20,7% desse grupo.

Vacinas II

O Plano Municipal de Vacinação de Porto Alegre prevê o total de 3 mil doses para imunizar a população em situação de rua. A Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) vacinou os primeiros moradores de rua no dia 2 de junho, sem assegurar que a totalidade de porto-alegrenses desse grupo será alcançada, já que não há doses suficientes. A Fasc tem evitado quantificar o grupo. O Plano menciona um total de 3 mil. Mas a própria fundação admitiu um aumento de 38% desde 2019 e seria de 3.850 pessoas no final do ano passado. A Fasc não retomou os pedidos de informação.

Estimativas

A partir de 2020, devido à pandemia, a exclusão jogou três vezes mais pessoas nessa condição na capital. De acordo com as estimativas da Fasc, havia 2.775 pessoas em situação de rua em 2019. A média de ingressos, que era de 350 pessoas por ano, atingiu 1.075, o que elevou o total estimado em 38,73% para 3.850 pessoas. As estatísticas são imprecisas devido a um grande número de volantes – aqueles que voltam para casa e depois retornam para a rua.

Descaso, hostilidades e falta de transparência

As informações sobre esse grupo social são variáveis por diversas razões, como a falta de cadastro daqueles que não acessam os serviços devido aos critérios adotados pelos programas sociais e à rotatividade da população.

A estimativa populacional é feita com base no número de abordagens do Programa Ação Rua nas 17 regiões do Orçamento Participativo da capital, sendo que nem todos são abordados. O número é diferente dos atendimentos nos dois consultórios de rua situados no Centro e no Hospital Conceição.

“Não sabemos se aqueles que foram contemplados com aluguel social ou estão abrigados deixam de figurar nas estatísticas”, explica o pesquisador da Ufrgs e apoiador do movimento PopRuaRS, Renato Farias dos Santos.

A Fasc deve informar quais critérios adotou para chegar à estimativa populacional de 2,7 mil, quando, no final de 2020, apareciam já 3.850 pessoas em situação de rua em Porto Alegre, “o que muitas organizações que trabalham com essa população e o próprio Movimento Nacional da População em Situação de Rua/RS têm considerado subestimada”.

A ONG Centro Social de Rua, que promove o “banho solidário” e distribui cobertores e alimentos a pessoas em situação de rua, apurou, em um levantamento realizado em 2020, que aumentou o número de famílias que perderam suas casas em virtude da pandemia. Porém, ressalva que a maioria já enfrentava dificuldades por falta de emprego e renda para continuar pagando aluguel antes mesmo da crise sanitária.

Dos 805 entrevistados nos dias 12 e 13 de dezembro, 26,9% relataram que tinham um local para morar até o final de 2019. Uma parcela de 6,1% era de idosos, 19,9% não tinham documentos, 40% não receberam qualquer auxílio do governo, 33,2% receberam o auxílio emergencial e 26,1% foram infectados com a covid-19. Entre as quase 4 mil pessoas que se encontravam em situação

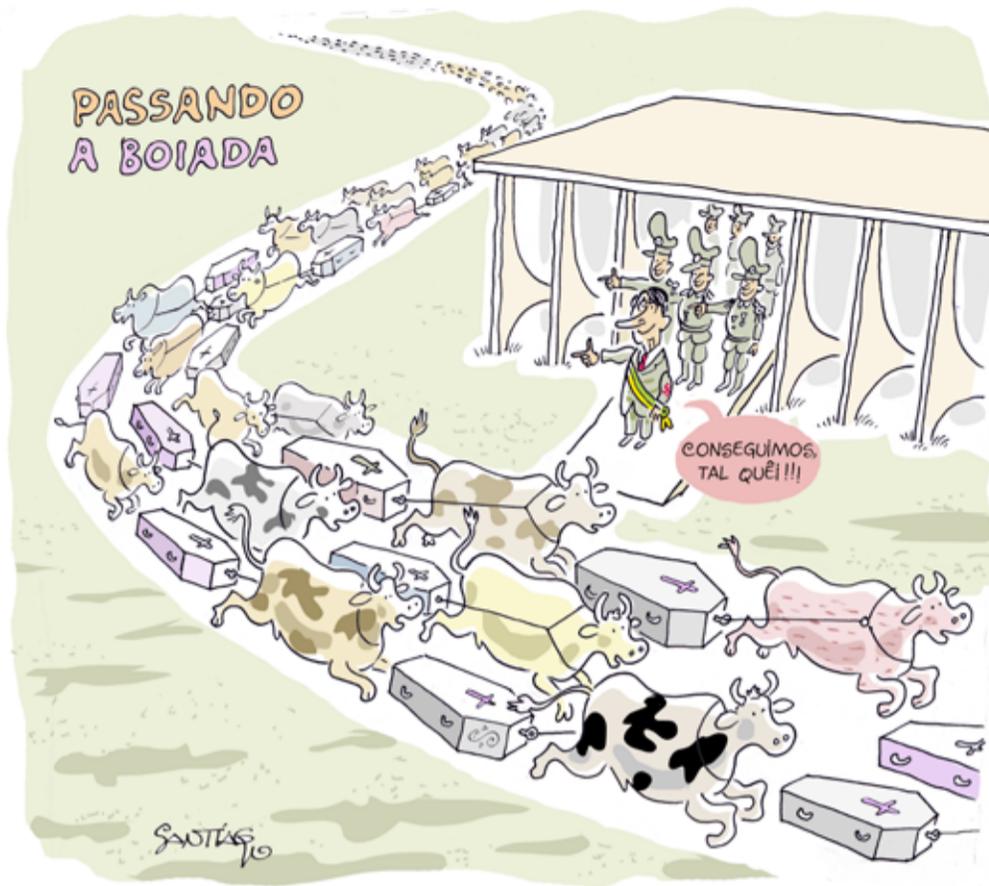
de rua no final de 2020, conforme estatísticas da Fasc, predominavam jovens de 20 a 25 anos e adultos com 45 anos ou mais.

O desmonte da rede de proteção e a redução das políticas públicas e de assistência social agravaram as condições dessa população, que, além do descaso, enfrenta hostilidades do próprio poder público. Em maio de 2019, ao ser questionada sobre qual seria a postura da prefeitura em relação a moradores de rua que queriam frequentar o Restaurante Popular sem se cadastrar nos programas assistenciais, a secretária de Desenvolvimento Social e Esporte de Porto Alegre, Comandante Nádia, afirmou que “morador de rua não tem o direito de ter cadeira, cama, mesa, banho, tudo na rua”.

O presidente do Sport Club Internacional, Alessandro Barcellos, informou em uma rede social no dia 30 de junho que o clube ofereceu, três semanas antes, o Ginásio Gigantinho à prefeitura para abrigar moradores de rua, antecipando-se à frente fria que chegaria ao estado. “A prefeitura agradeceu a oferta, mas nos relatou que não há essa necessidade neste momento”, estranhou Barcellos. Na madrugada de 1º de julho, um homem morreu de frio na região que ostenta o metro quadrado mais caro da capital gaúcha, o bairro Menino Deus.



Foto: Igor Sperotto



SANTIAGO

Bolsonaro detém o comando, mas não lidera as Forças Armadas



Foto: Acervo pessoal

por Marcelo Menna Barreto

Para o professor Paulo Ribeiro Cunha, doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas (Unicamp) e livre docente da Universidade Estadual Paulista (Unesp-Marília), está equivocado quem pensa que os militares devem se manter longe da política, porque as forças políticas estão presentes tanto nos meios militares quanto nos demais setores da sociedade. Um dos mais reverenciados pesquisadores sobre as relações das Forças Armadas com a sociedade civil em uma perspectiva histórica e também do papel dos militares no processo democrático no país e autor de diversos livros sobre esses temas, Cunha recém lançou a segunda edição revista e ampliada de *Militares e militância: Uma relação dialeticamente conflituosa* (Ed. Unesp, 484 p., 2021). Consultor da Comissão Nacional da Verdade para assuntos militares, ele defende que as Forças Armadas devem pedir desculpas à nação pelo período ditatorial e que é necessário separar a instituição dos seus torturadores. "Quando isso acontecer, a memória será enterrada e o episódio vira história", argumenta. Nesta entrevista, ele analisa as relações do bolsonarismo com os militares, diz que o presidente tem o comando, mas não lidera as Forças Armadas, e alerta que o risco de rebelião não vem da caserna, mas das polícias militares.

Extra Classe – Qual é a sua leitura da participação do general Eduardo Pazuello no ato pró-Bolsonaro, no Rio de Janeiro, em 23 de maio?

Paulo Ribeiro da Cunha – Inicialmente, gostaria de dizer que eu defendo uma tese polêmica. Os militares têm o direito de participar da política e, aliás, historicamente sempre participaram. Porém, uma coisa é o direito de participar e outra é partidizar a instituição, como Bolsonaro tem tentado fazer com membros das Forças Armadas. No caso Pazuello, foi um ato flagrante de indisciplina militar extremamente preocupante. Bolsonaro dá um recado aos seus seguidores, especialmente às polícias militares, de que, com ele, tudo pode, e quem for contra será punido.

EC – Além de não punir, o comandante do Exército, general Paulo Sérgio de Oliveira, mandou arquivar o processo. Por quê?

Cunha – A posição do comandante foi lamentável, servil, em que ele se acopla ao presidente quando a instituição Exército gradualmente tem dado sinais de afastamento já há algum tempo de Bolsonaro, que foi um péssimo militar, e de suas políticas. O general violenta o princípio da disciplina e o princípio histórico muito rico da tradição do Exército brasileiro, que é a dos comandantes falarem pela instituição e tomarem posição. O atual comandante simplesmente teve uma atitude servil, para não dizer covarde. Lamentavelmente, um general bateu continência para um capitão e no dia seguinte foi recompensado com uma altíssima Comenda, que ficou assim como uma associação clara de condecoração por serviços prestados. Ao mesmo tempo, o processo do Pazuello, pasmem, está com um sigilo de 100 anos.

EC – Isso pode gerar algum desdobramento futuro?

Cunha – A última crise, com a demissão dos três comandantes e do ministro da Defesa, já foi um recado claro que a instituição Forças Armadas não estaria acoplada ao governo, a despeito do Bolsonaro falar o tempo todo “meu Exército”. Ficou muito claro e o presidente, a

meu ver, saiu enfraquecido. Àquele momento, me parece que o Exército tomou o partido militar, como muitas correntes estão colocando, embora eu considere esse conceito problemático para se recorrer a todo momento. Nessa última crise, parte do comando do Exército queria a punição e o próprio Pazuello entendia que seria punido. Ele, ao não ser punido, descolou o comandante do Exército da sua instituição. Podemos ter algumas situações de crises futuras, embora eu ainda não veja ameaças à democracia.

EC – Ainda? Vê alguma ameaça mais à frente?

Cunha – Acredito que não nas Forças Armadas, mas podemos ter novidades traumáticas, um pouco truculentas, nas polícias militares. As Forças Armadas já vinham dando o recado. Não quiseram comemorar 1964, foram contra uma intervenção militar na Venezuela; vários generais, que em um primeiro momento apoiaram o governo, saíram, como no caso do general Santos Cruz. Você pode discordar dele, mas é um oficial de altíssimo gabarito. Saiu por fofoca de filho! Um herói, uma pessoa que tem experiência de combate, como ele? Entre outros. Então, me parece que hoje o Bolsonaro fala para a sua tribo, que está em 15% da população.

EC – Existe uma relação abusiva entre as Forças Armadas e a sociedade brasileira?

Cunha – Em primeiro lugar, na contracorrente de alguns análises, eu digo que não foi o Exército que entrou no governo Bolsonaro, embora haja um número enorme de militares que o integram. Foi um grupo de generais, uma ala militar que o apoiou. Ala que teve uma influência histórica, como, por exemplo, do general Coutinho (*Sergio Augusto de Avellar Coutinho*), leitor de Gramsci. O general defende a tese do “Marxismo Cultural”, assim como o Olavo de Carvalho. Esse grupo (*apoiador de Bolsonaro*) não era homogêneo, mas tinha algumas coisas em comum. Por exemplo, experiências em missões de paz no Haiti ou na África. Eles tinham, na opinião deles, que fazer alguma coisa. No vácuo do governo Temer. É bom a gente lembrar

que o governo Temer – e aí o *twitter* do general Villas Boas tem que ser visto com uma certa cautela – tinha 3% de popularidade. Um governo que tem 3% de popularidade não governa nem o próprio Palácio. (*NE: Em 2 de abril de 2018, véspera do julgamento de um habeas corpus ao ex-presidente Lula no STF, o então comandante do Exército fez uma postagem ameaçadora a pretexto da “paz social”, na qual avisa que os militares estavam atentos às “missões institucionais”*).

EC – O senhor relativiza o *twitter* do general?

Cunha – A postura do general Villas Boas tem que ser contextualizada na perspectiva de um comandante que tinha que falar pela e para a instituição. Num quadro, vamos dizer, de anomia, para resgatar Durkheim. A situação estava caótica. Esse é um dado. Segundo, historicamente, houve momentos em que as Forças Armadas atuaram ao lado do povo e contra o povo. O mesmo Exército que, com um grupo, atuou pela democracia em vários episódios, de 1945 a 1954, e em 1961 defendeu a posse de João Goulart. Parte desse grupo, depois, participou do golpe de 1964. As Forças Armadas refletem também a sociedade, os grupos, as lideranças. Ou seja, todas as tensões da sociedade não são impermeáveis à caserna e acabam influenciando também a atuação na caserna. Basta lembrar que, em 1964, Castelo Branco falava das “vivandeiras dos quartéis”. Tinha a UDN, que atuava junto aos militares sempre com a ideia do golpe.

EC – E a chamada esquerda militar, um dos objetos dos seus estudos?

Cunha – Por outro lado, teve uma esquerda militar com muita influência do partidão (PCB), mas também do antigo PSB, que abarcava um número também grande de militares progressistas, constitucionalistas. Um dado da Comissão Nacional da Verdade mostra que os militares foram a categoria proporcionalmente mais atingida pelo golpe. Pós-64, foram 6,5 mil expurgados. No período de 1945 a 1964, os dados são precários por várias razões. Mas é bom lembrar que

“O papel das Forças Armadas na história do Brasil tem altos e baixos, ora ao lado das causas progressistas, ora contra o povo”

houve perseguições violentíssimas no período democrático, especialmente nos anos 1950. Então, a relação dos militares com a sociedade é uma relação de interação, de crítica, de confronto, mas é, às vezes, de autonomização. Não necessariamente algo fora de um contexto político mais global. O Exército que apoiou, no fim da escravatura, a queda da Monarquia, estava se digladiando depois. Ora apoiando as oligarquias, ora confrontando. A história do Brasil tem esses altos e baixos. Em alguns momentos (*as Forças Armadas*), ao lado das causas progressistas e em outros, lamentavelmente, contra o povo.

EC – Ainda existem militares de alta patente de esquerda?

Cunha – Que eu conheça, não. Conheço alguns muito próximos. Até porque nós temos uma situação de uma democracia frágil e de uma instituição que ainda não comporta pensamentos diversos. Sem dúvidas, o processo de depuração de 1964 e a falta de oxigenação política da própria sociedade foram decisivos para isso, mas temos também que lembrar que a esquerda, em geral, dialoga muito mal com os militares no pós-64. E isso é um problema sério. Não estou falando que a esquerda tenha que entrar nos quartéis, mas é legítimo que a esquerda dialogue com os militares, que tenha uma proposta clara e, óbvio, possa formar seus quadros, possa atuar e, assim, oxigenar a instituição. Da mesma forma, vejo isso como algo importante em relação às polícias militares.

EC – Ao contrário do que aconteceu na Argentina, no Chile, por exemplo, os militares aqui não foram responsabilizados por crimes da ditadura. Essa saída negociada poderia ter sido evitada?

Cunha – Em princípio, sim. Você tem, muitas vezes, um conceito que

norteia as relações políticas dos vários setores da sociedade, excluindo em grande medida o setor popular, que é o da conciliação. Se valoriza muito a conciliação. Mas a primeira anistia do governo Figueiredo foi aprovada na Câmara dos Deputados por uma diferença de seis votos. Tinha uma reação forte da sociedade que capitaneou essa luta ao longo das décadas até chegar à Comissão da Verdade. Essa anistia, de fato, foi negociada e conferiu aos torturadores a mesma "grandeza", entre aspas, quero deixar claro -, dos torturados aos chamados crimes conexos. O Exército atuou muito bem nesse processo. Seus lobbies foram muito eficientes. Na minha opinião, as Forças Armadas têm que pedir desculpas à sociedade, mas a responsabilização tem nome, rosto e endereço.

EC – Por quê?

Cunha – A Comissão Nacional da Verdade levantou quatrocentos e poucos torturadores, seguramente o número é maior, pois o trabalho ainda não foi concluído. A meu ver, é um equívoco associarmos os torturadores à instituição. Se eu fizer essa condenação da instituição militar, vou ter que também condenar a minha universidade,

“Os militares têm que ser enquadrados, reconhecidos, devem participar, mas o poder é civil e emana do povo. Eles não têm esse poder de tutela”

pois lá também teve repressão. Vou ter que condenar setores das mais diversas universidades públicas, o Banco do Brasil. Em todos esses lugares, houve perseguições e repressão. Tem que se separar o joio do trigo. As Forças Armadas, enquanto instituição, têm responsabilidade e, ao fazer um pedido de desculpas, como outras forças armadas fizeram, ela se aproximaria da sociedade e se desvincularia desses membros.

EC – A repressão era feita por agentes a serviço da instituição...

Cunha – Entendo que tinham no aparelho repressivo comandos paralelos que, literalmente, não respondiam à cadeia de comando. O Ustra, por exemplo, era capitão, torturava, e em algumas unidades militares, mandava mais do que o comandante formal. Na medida em que se faz essa avaliação e essa crítica, aproxima-se a instituição da sociedade. Aí tem uma enorme dificuldade de diálogo. A Comissão Nacional da Verdade entendeu de outra forma, é bom lembrar. Na hora em que você separa o joio, o Ustra, da instituição, você preserva a instituição. Salvo aqueles militares que já eram coronéis ou de patente maior, todos os capitães e tenentes identificados como torturadores não chegaram a ser generais. A própria instituição militar, discretamente, os colocou no lugar.

EC – Os militares lidam mal com a própria história?

Cunha – A instituição também não conhece bem parte da sua própria história. Eu escuto isso até de militares. A história militar é uma

área muito pouco valorizada. Numa ocasião, falando para um general, disse que ele tinha uma cartilha de guerra na Caatinga no livro *Os Sertões (de Euclides da Cunha)*. O traje parecido com o usado pelos sertanejos só foi incorporado como uniforme nos batalhões da Caatinga a partir dos anos 1970. Até então, não tinham aprendido nada. Isso é um absurdo. Agora, voltando a 1964, teve uma ínfima parte das Forças Armadas envolvida em tortura e repressão. Acho que é o caso de fazer uma separação. O que não quer dizer que as questões colocadas como espírito de corpo não existam e tenham que ser reposicionadas.

EC – Os governos democráticos mantiveram os currículos das escolas militares com sua versão da ditadura enquanto “revolução anticomunista”...

Cunha – Os governos civis lidaram mal com a questão militar. Até hoje lidam muito mal. O Fernando Henrique, por exemplo, que deu um passo importante com a criação do Ministério da Defesa, quem ele colocou à frente? Elcio Alvares, um ex-senador que tinha perdido as eleições e era acusado de corrupção. O Lula também não lidou bem com a questão militar. O ministro da Defesa, embaixador José Viegas, quis punir o comandante do Exército e o Lula foi contra. O embaixador ficou desmoralizado e o Lula podia ter permitido a punição porque ele tinha uma popularidade enorme. Você tem que lidar com militar da forma como ele entende, com comando e liderança. Você é autoridade, ele tem que bater continência para você.

“Enquanto instituição, as Forças Armadas devem um pedido de desculpas à sociedade. Só assim se desvincularia dos seus membros que praticaram a tortura”

EC – Onde os governos civis erram?

Cunha – Os governos civis acharam que, equipando as Forças Armadas, contentariam os militares. Não aprenderam nada com a história. Getúlio Vargas comprou 70 caças *Got Better*, na época os mais avançados, e a Aeronáutica continuou conspirando. A Marinha recebeu o porta-aviões Minas Gerais em 1960 e continuou conspirando.

EC – E as questões dos currículos?

Cunha – Os governos civis não atuaram nesse quesito importante, que é o da reformulação dos currículos das academias militares, que é, inclusive hoje, uma recomendação da Comissão Nacional da Verdade. O Nelson Jobim, ex-ministro da Defesa de Lula, chegou inclusive a elaborar um projeto de reformulação, mas não foi adiante. Os militares têm que ser enquadrados, reconhecidos, têm que participar, mas o poder é civil e emana do povo. Eles não têm esse poder de tutela. Mas, agora eu vou falar uma hipótese minha: Bolsonaro talvez nos faça um favor. O de mostrar duas coisas a médio

Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.

Unimed | CCG Saúde | UNIODONTO

Faça a simulação e confira o quanto você pode economizar

Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

sinprosaúde

prazo. A primeira, que o desastre dele como presidente mostrou que não é um militar que vai resolver os problemas do país. Em segundo, foi a gestão do Pazuello. Ela enterrou de vez aquela concepção de que os militares são ótimos gestores. Pazuello hoje virou sinônimo de pesadelo. Além de ineficaz, também com muita corrupção ao seu redor. No próprio ministério, com o que vimos recentemente no Rio de Janeiro. Então, a médio prazo, isso pode significar uma nova relação entre militares e civis, mas isso é uma hipótese.

EC – Há relação entre o ressentimento com a Comissão da Verdade e a fidelidade de militares de alta patente a Bolsonaro?

Cunha – Não. São momentos distintos para mim. É bom lembrar que boa parte dos militares que votaram no Bolsonaro no segundo turno não o fizeram no primeiro turno, quando ele teve apoio especialmente entre sargentos. Hoje tenho minhas dúvidas. Primeiro, a reforma da previdência dos militares não privilegiou os sargentos, entre os quais Bolsonaro teve a sua grande base nas Forças Armadas. Esse pessoal está possesso. Segundo, vai depender muito da alternativa que será colocada. Acho que o fator Lula pode significar um outro tipo de diálogo com as Forças

Armadas. Inclusive porque, concretamente, os governos do PT – podemos fazer várias críticas – foram os que mais valorizaram as Forças Armadas. Isso é real. Todos os projetos, salvo o das fragatas para a Marinha, que são do Bolsonaro, vieram dos governos Lula e Dilma. Agora, quanto às polícias militares, aí é que implica o risco.

EC – Por que as polícias militares?

Cunha – Bolsonaro tem estimulado muitas tensões e, em alguns momentos, quase aconteceram situações de motim. Um exemplo, o caso daquele PM da Bahia (Wesley Soares Góes) que foi abatido porque estava dando tiro pra lá e pra cá, inclusive contra seus colegas. Ali estava se gestando um motim que não seria somente na Bahia. Os deputados Bia Kicis e Eduardo Bolsonaro estavam estimulando. E olha que curioso. A renúncia do ministro da Defesa, seguida dos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, abortou a situação. Mas é um perigo que ainda está presente. Agora, os militares não veem isso com bons olhos. Isso é um poder paralelo e isso os incomoda. Essa questão em algum momento vai ter que ser objeto de atenção. Inclusive porque as Forças Armadas se veem como uma instituição nacional que não tem

que partilhar o poder legal com milícias. É uma coisa histórica. O Exército bateu de frente pra acabar com a Guarda Nacional que existia do Império até os anos 1920 de República.

EC – Ao fazer um movimento em direção às polícias, Bolsonaro se distancia dos militares. Por quê?

Cunha – É um outro componente. O Bolsonaro, ao focar, como está se focando nesses grupos, também se distancia dos militares. Os militares não querem a milícia. Não gostam da milícia. Ela é um problema também para os militares, até porque algumas delas atuam em torno de unidades militares de uma forma até muito ostensiva. Continuo dizendo que é aí, nas polícias militares, que nós deveremos ter os problemas maiores até o final do governo Bolsonaro. Isto se ele chegar até o final.

EC – Além da questão dos sargentos, nas altas patentes das Forças Armadas, onde se deu essa inflexão?

Cunha – A inflexão se deu porque todas as políticas do Bolsonaro têm sido desastrosas. Você destituir generais do naipe de um Santos Cruz não é pouco. Isto reflete. É um cara conservador, mas é de altíssimo nível. Recentemente, saiu uma pesquisa mostrando

“É nas polícias militares que nós deveremos ter os problemas maiores até o final do governo Bolsonaro. Isto se ele chegar até o final”

que o Lula já divide o voto dos evangélicos. Interessante esse carisma dele. Digo que a eleição do Bolsonaro se deve muito aos erros da esquerda, mas, hoje em dia, se há um governo com capacidade de autofagia é o do Bolsonaro. Vai auxiliar a esquerda, com certeza. O fator Lula, certamente, vai influenciar nas Forças Armadas. Qual a moral que o Bolsonaro tem? Na realidade, esses militares que o apoiaram tinham a ideia de controlar o Bolsonaro. Foi aí que eles se perderam. Eles sabiam quem era o Bolsonaro. O Exército opera com dois conceitos: comando e liderança. Eles nunca reconheceram o Bolsonaro como um bom militar, mas, naquele momento, era uma liderança política, porque falava pra fora e foi eleito. Ele foi perdendo essa liderança. É bom lembrar que todo líder é um comandante, mas nem todo comandante é líder. Em tese, ele, Bolsonaro, é o comandante das Forças Armadas. Isso não quer dizer que ele lidere hoje as Forças Armadas.



ACREDITE NOS SEUS SONHOS.
Renda para o futuro que você merece.

INGRESSE AGORA
(51) 99335. 2387
www.sinprorsprevidencia.com.br

INSTITUIDOR **SINPRO/RS** Sindicato Cidadão
GESTOR DO PLANO **FUNDACÃO FAMILIA PREVIDÊNCIA**



Foto: Giulian Serafini / PMA

Ângústias e desafios marcam aulas presenciais no RS

por Fernanda Crancio

A imposição política de reabertura das instituições estaduais, municipais e privadas de ensino gaúchas no início de maio, momento de maior gravidade da pandemia, confronta os professores e a comunidade escolar com os riscos cotidianos de contaminação, já que a crise sanitária, apesar do avanço da vacinação, ainda persiste. O trabalho em dobro para manter a segurança e garantir a qualidade do ensino na pandemia deixa pais, educadores, alunos e gestores em alerta e interfere no processo de ensino e aprendizagem

Passados mais de dois meses desde que o Rio Grande do Sul retomou as atividades presenciais de ensino no momento mais agudo da crise sanitária, quando começavam a ser identificadas novas variantes do coronavírus, diante do ritmo lento da imunização e do avanço da pandemia, o cenário ainda é de muita preocupação.

Em 3 de maio, quando as escolas reabriram, a vacinação de trabalhadores da educação, hoje em avanço, não passava de promessa, e, diante do quadro, educadores, servidores e alunos não ficaram incólumes às estatísticas, embora baixas, de contaminação pela co-

vid-19. Ao longo desse período, a comunidade escolar vem driblando dificuldades, angústias e se adaptando para manter a rotina o mais próximo da normalidade.

Pelo último levantamento da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), divulgado no começo de junho, 1.118 pessoas foram infectadas entre as mais de 2,2 mil instituições em funcionamento. Desse total, foram 564 educadores, 121 servidores e 433 alunos, "casos isolados", segundo a secretária Raquel Teixeira. Enquanto os números não são atualizados, relatos de contaminação seguem chegando às entidades representativas da educação.

Foto: Divulgação



Para a secretária de Educação do RS, Raquel Teixeira, casos de contágio são "isolados"

Contágios em escolas municipais, comunitárias e privadas

Na capital, o mais recente boletim da situação da covid-19 nas escolas foi publicado em 15 de junho, com base nos formulários de monitoramento das instituições de ensino. Na semana epidemiológica de referência (30 de maio a 5 de junho), houve 40 casos positivos em escolas municipais, comunitárias e privadas. Nesse período, a prefeitura contabilizou mais de 37,6 mil alunos e cerca de 9 mil professores e funcionários em atividade presencial.

De acordo com a presidente do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers-Sindicato), Helenir Schürer, o retorno ocorreu de forma arbitrária, em função do quadro da pandemia no RS, o qual já ultrapassou mais de 1 milhão de contaminados e a triste marca de 30 mil mortos.

"Mantemos a preocupação, apesar do início da vacinação da categoria e de os pais terem atendido ao nosso chamado e enviado poucos alunos à rede pública. O que fizemos, desde então, foi reforçar as informações às escolas, acompanhar o cumprimento de protocolos e colocar à sociedade que esse retorno não ocorreu em momento adequado", salienta a dirigente.

A diretora do Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS) Cecília Farias destaca que a categoria começou 2021 sob forte pressão para a retomada das atividades presenciais, embora a entidade considere o cenário desfavorável. "Tivemos o agravamento da pandemia a partir de fevereiro, e não houve melhora significativa. A situação até

pode ter estabilizado um pouco, mas em patamar muito alto. Por isso, fizemos um movimento de resistência muito forte à retomada", enfatiza.

No entanto, em meio à batalha de liminares e processo de mediação judicial, o governo estadual publicou decreto liberando as escolas, no final de abril, e, com o início da imunização dos profissionais da educação, na primeira semana de junho, a campanha contra a retomada perdeu força. "Este Termo de Compromisso responsabiliza Sinpro/RS e Sinepe/RS pela fiscalização do cumprimento dos protocolos sanitários. A vacinação dos professores foi um grande avanço no enfrentamento da covid-19, mas são fundamentais esses cuidados", alerta Cecília.

Conforme ela, há poucos relatos de contaminação nas escolas privadas e, de forma geral, obediência aos protocolos. Contudo, a condição de liberação da totalidade de alunos em sala de aula preocupa, junto com a falsa sensação de normalidade que veio com a imunização.

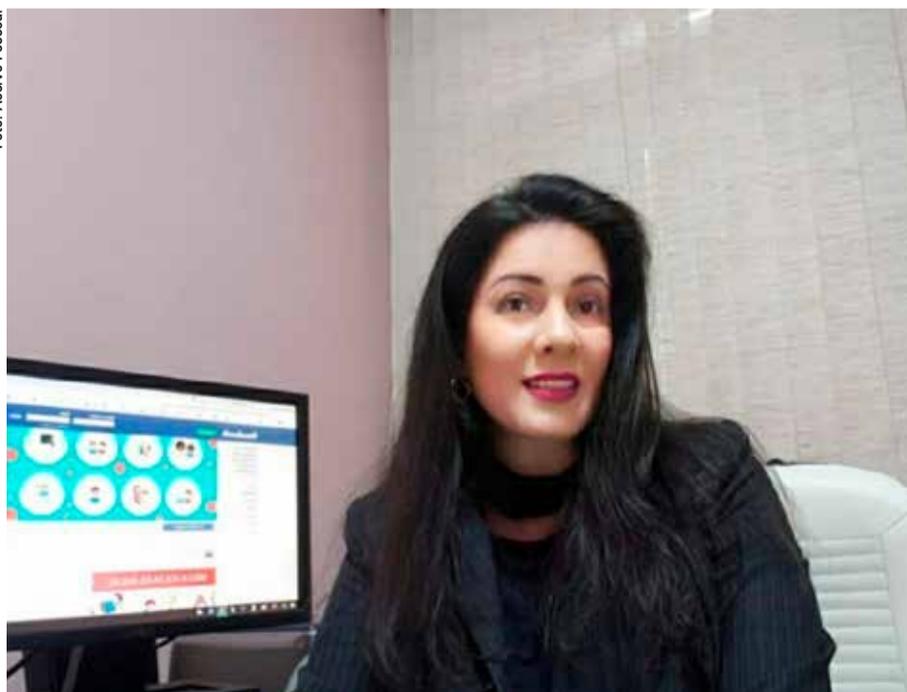
Uma das coordenadoras do grupo Direito ao Ensino Não Presencial na Pandemia, a advogada Cassiana Lipp reforça o alerta para os riscos da reabertura das escolas neste momento. "As escolas estão abertas, mas não de uma forma segura. É por isso que se tenta minimizar eventuais casos de covid-19. Continuamos pleiteando para que os pais, que possam, permaneçam com os filhos em casa, pois o risco existe e é alto", aponta.

Foto: Cpers/ Divulgação



Retorno não ocorreu no momento adequado, avalia Helenir, do Cpers

Foto: Acervo Pessoal



"As escolas estão abertas, mas não de uma forma segura", alerta Cassiana

Mediação e mais rigor nos protocolos sanitários

Em 14 de junho, o Judiciário encerrou a mediação sobre a volta às aulas, propondo um acordo com os sindicatos de professores e das instituições de ensino privadas. O documento reforça o compromisso de alertar a comunidade escolar dos riscos e da necessidade de rigor com as medidas de proteção e procedimentos diante de suspeitas e contágios. O Cpers-Sindicato não havia firmado o acordo até o final de junho.

Professora de Biossegurança da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Melissa Markoski reforça que a retomada das aulas ocorreu em um período adverso. Entre-

tanto, pondera que o cumprimento de protocolos parece ter contribuído para que os índices de contaminação não fossem alarmantes. “De positivo, há o registro de que não ocorreram óbitos relacionados à retomada das aulas. Além disso, nas últimas seis semanas, os casos de covid nas escolas não chegaram a assustar”, avalia.

Melissa comenta, porém, que a chegada do inverno pede atenção à circulação de ar nas salas e reforço ao distanciamento e uso de máscaras bem ajustadas. “A orientação é para que se mantenha a boa circulação de ar, com janelas abertas, mesmo com uso de ar-condicionado. E quando os alunos não

Foto: Acervo Pessoal



Melissa Markoski, professora de Biossegurança da UFCSPA

estiverem em sala, o ideal é provocar o deslocamento do ar, ligando ventiladores e mantendo janelas e portas abertas”, justifica.

Dificuldades com a rotina de enfrentamento à covid-19

Três professoras de diferentes instituições de ensino expressam suas percepções sobre os desafios da docência neste novo momento em sala de aula – com a condição de anonimato.

Uma delas, docente de Língua Estrangeira de uma tradicional escola privada da capital, relata que os protocolos de enfrentamento à pandemia têm sido seguidos à risca, e que não houve contami-

nação no grupo. Lecionando para adolescentes, ela cita, no entanto, a resistência em manterem o distanciamento, e conta que, mais do que se adaptar a medidas como dar aula de máscara e com uso de microfone, tem dificuldade é com a nova rotina de ensino.

“Está tudo muito diferente, a aula virou uma palestra, sem participação dos alunos nem interação com os que estão em casa. Estamos nos adequando, mas é um jeito muito diferente de ensinar”, desabafa.

Outra educadora, de uma escola pública da Região Metropolitana, reclama da falta de testagem, mesmo após contaminação de funcionários. Também revela que, apesar de as salas serem higienizadas a cada troca de turmas, terem álcool

gel e adotarem o distanciamento adequado, as máscaras oferecidas não são de boa qualidade. A falta de fiscalização na escola, onde há casos de colegas com máscara no queixo, também é relatada. “Precisamos trabalhar, mas tem ainda muito descaso e falta de cumprimento dos protocolos”, alerta.

Apesar da angústia com o retorno presencial, uma professora da educação infantil ressalta que a adequação às medidas preventivas já foi incorporada à rotina. Segundo ela, houve apenas casos isolados de contaminação na escola, e os alunos se adaptaram rapidamente. “O que mais sentem é falta de compartilhar brinquedos e objetos, o que está totalmente proibido”, acrescenta.



Foto: Giulian Serafini/PMA

Um colega está com sintomas. O que fazer?

Materiais escolares podem ser compartilhados?

Pais e responsáveis podem entrar no ambiente escolar?

Minha instituição de ensino não está cumprindo os protocolos!

Qual é o limite de alunos por sala de aula?

Reunimos num só lugar tudo que você precisa saber sobre a covid nas instituições de ensino. Afinal, informação de qualidade também previne a disseminação do vírus.

CANAL COVID SINPRO/RS, a nossa linha direta no combate ao vírus.

CANAL COVID SINPRO/RS
www.sinpro.rs.org.br



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

O crime de ecocídio e as denúncias contra Bolsonaro no TPI

Por sua escalada de crimes ambientais como políticas de governo, presidente brasileiro pode ser o primeiro a ser enquadrado na nova definição jurídica



Foto: Daniel Beltrá/Greenpeace

Lideranças indígenas representaram contra Bolsonaro no TPI devido ao avanço do desmatamento e das queimadas na Amazônia, ataques às populações indígenas e desmantelamento do Ibama e ICMBio

Uma comissão internacional formada por 12 juristas criou uma definição jurídica para tipificar o crime de ecocídio, entendido como crime contra o planeta e contra a humanidade. A iniciativa é do movimento internacional Stop Ecocide, uma campanha global para tipificar o crime de ecocídio, tornando a destruição ambiental sistemática e em grande escala crimes internacionais, assim como os crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade.

Conforme a definição proposta pela comissão de juristas, será entendido como ecocídio "qualquer

ato ilícito ou arbitrário perpetrado com consciência de que existem grandes probabilidades de que cause danos graves que sejam extensos ou duradouros ao meio ambiente".

Segundo Jojo Mehta, presidente da Fundação Stop Ecocide, a proposta pela comissão será agora debatida publicamente para a elaboração de um texto definitivo que será encaminhado aos países signatários do Estatuto de Roma, tratado de 1998 que estabeleceu a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI). O Estatuto de Roma já foi ratificado por 123 países, entre eles o Brasil, que passou a ser sig-

natário do tratado em 2002. Ainda de acordo com a proposta prévia elaborada pela comissão de juristas, os países que aceitarem a inclusão dessa tipificação no TPI deverão incorporá-la também em suas legislações nacionais.

Philippe Sandes, professor de Direito Internacional da University College London e integrante da comissão, disse, em uma entrevista coletiva *on-line* que apresentou a proposta, que hoje não há qualquer lei internacional que proteja o meio ambiente como um fim em si mesmo. Atualmente, o Tribunal Penal Internacional só pode mover ações contra indivíduos e não con-

tra governos, empresas ou organizações não governamentais.

A proposta da comissão de juristas mantém essa regra também para o caso da tipificação do crime de ecocídio. A proposta não define especificamente quais atividades poderiam ser enquadradas nesse tipo de crime, mas sugere que elas incluam desmatamento, derramamento de óleo e explorações de combustíveis fósseis que contribuam para o agravamento da crise climática. Caberá aos promotores e juízes do Tribunal Penal Internacional definir que atos ou práticas poderiam ser enquadrados nessa tipificação.

Tribunal Penal Internacional analisa denúncias contra Bolsonaro

O Tribunal Penal Internacional já está avaliando a possibilidade de aceitar uma denúncia contra o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro (sem partido), por "crimes contra a humanidade e incitação ao genocídio dos povos indígenas". Em dezembro de 2020, a Procuradoria do TPI comunicou ao Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos (CADHu) e à Comissão Arns que o caso protocolado pelas organizações, em novembro de 2019, estava sob "avaliação preliminar de jurisdição". Em março

deste ano, a Procuradoria do TPI enviou outro comunicado às entidades, informando que o caso estava formalmente sob "avaliação preliminar de jurisdição", o que significa que ele passaria a ser objeto de uma análise mais aprofundada.

No início deste ano, os caciques Raoni Metuktire e Almir Suruí fizeram uma nova representação ao Tribunal Penal Internacional, denunciando o avanço do desmatamento e das queimadas na Amazônia, os ataques do governo Bol-

sonaro às populações indígenas e o desmantelamento de agências ambientais brasileiras, como o Ibama e o ICMBio. A denúncia aponta Jair Bolsonaro como responsável direto pelas mortes e pela violação de direitos contra povos indígenas brasileiros.

Em maio deste ano, a Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas (Famddi) denunciou o presidente da República como responsável pela grave situação de contaminação de comunidades indígenas pela co-

vid-19 e pelo extermínio dos povos indígenas na Região Amazônica. Entre outros crimes, a Frente acusa Bolsonaro de ser responsável direto ou indireto por ataques de garimpeiros em áreas indígenas, incêndios criminosos, divulgação de propagandas negacionistas sobre a vacinação e descaso no atendimento de indígenas que vivem em áreas urbanas ou em terras não demarcadas. O presidente brasileiro, acrescenta a denúncia, "utiliza o coronavírus como instrumento de sua política de morte".



Foto: ANP/Divulgação

Após um ano e meio de pandemia e em um contexto no qual o mercado financeiro e grandes instituições têm elevado sucessivamente as projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país, a lógica seria a de que, finalmente, a população teria também sua própria recuperação econômica. Não é isso, contudo, que se avizinha no horizonte. O que a maioria expressiva da sociedade sente é inflação em alta, combinada com menos oportunidades de trabalho e diminuição na renda mensal. O cenário em que a economia do país cresce, ao mesmo tempo em que a população sente sua condição econômica piorar e a desigualdade aumenta pode parecer contraditório, porém tem um sentido. Economistas e analistas assinalam que, para além da pandemia e seus desdobramentos, a mudança no modelo de desenvolvimento brasileiro explica a situação atual.

Conforme o cientista social e diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Fausto Augusto Júnior, no que se refere à covid-19, a sociedade aceitou a existência de cerca de 2 mil mortos ao dia e busca uma normalização da economia, o que justifica o crescimento.

No entanto, ressalva o diretor, parte da expansão, cerca de 3%, ocorreria de qualquer forma, porque é estatística, decorrente da recuperação sobre a compressão que houve no ano passado. E, além disso, ela não é uniforme entre os setores. "O mais importante, contudo, que nos ajuda a compreender por que a economia cresce, mas a população sente o contrário, é a guinada no modelo de desenvolvimento que vínhamos construindo desde o Plano Real. Nos últimos 30 anos, apostamos em um modelo embasado na ampliação de direitos sociais e na diminuição da desigualdade. O modelo em implantação hoje é o oposto", diz.

O exemplo utilizado pelo diretor é o do sistema público. "Há um movimento no sentido de garantir serviços públicos básicos, como saúde e educação, só para quem precisa muito, ou seja, somente

Recuperação da economia não chega aos mais pobres

por Flavia Bemfica

Os indicadores de crescimento que andam animando o mercado e a equipe econômica ocultam um PIB sem geração de empregos e preços cada vez mais fora de controle – o que penaliza com inflação as camadas que já gastam a maior parte da renda com alimentos. Ou seja, a economia cresce, mas os setores que geram empregos ficaram de fora, a concentração de renda só perde para a Rússia, e a condição econômica piorou para a maioria da população

para os muito pobres. Quando o sistema público vai sendo reduzido e serviços são transferidos para o setor privado, são transferidos também, para uma larga fatia de famílias, os custos. Ao mesmo tempo, o encolhimento dos serviços públicos permite a diminuição da carga tributária sobre os mais ricos. É a velha fórmula do 'esperar o bolo crescer para depois dividir', aplicada durante os governos da ditadura", elenca.

"Podemos fazer uma analogia com uma frase cunhada pelo presidente Médici nos anos 1970: 'A economia vai bem, mas o povo vai mal'. Voltamos a essa situação. A economia vai indo bem, setores econômicos agregados estão indo bem, só que a grande parte dos setores econômicos ainda não reagiu, e essa grande parte é a que contempla setores com alta empregabilidade", compara Fausto.

Foto: Igor Sperotto



Moraes, da Escola de Negócios da PUCRS: impacto virá em dois anos, com queda da expectativa de vida e mais desigualdade

Desigualdade e descontrole de preços

"Em dois anos, além da queda na expectativa de vida, ficará muito claro o impacto do que estamos vivenciando sobre a desigualdade de renda", aponta o economista e professor da Escola de Negócios da PUCRS, Gustavo Inácio de Moraes. Ele admite que o cenário é pouco animador, mas observa que não surpreende. "Porque, quando a pandemia chegou na América Latina, já existiam políticas econômicas em posições muito ruins, que acabaram se somando à falta de coordenação em políticas sanitárias", resume.

Já existe um conjunto de indicadores robustos a demonstrar como, na prática, o crescimento não está 'chegando na ponta', ou seja, à maior parte da população. Na última semana de junho, pela décima vez consecutiva, o relatório Focus do Banco Central (BC), que, semanalmente, coleta as expectativas do mercado, aumentou a projeção

de crescimento do PIB brasileiro em 2021 para mais de 5%. Ao mesmo tempo, porém, a expectativa para a inflação só cresce. Apesar da desaceleração do IGP-M em junho, o índice acumula alta de 35,75% em 12 meses. E, após o anúncio do reajuste da bandeira vermelha 2 na energia elétrica, o mercado elevou a projeção do IPCA de 2021 para, no mínimo, 6%.

Moraes lembra que, além de a distribuição setorial da recuperação econômica ser bastante heterogênea, produtos como alimentos e itens de higiene, os quais representam uma fatia maior do orçamento de famílias mais pobres, pressionam com força os preços desde o ano passado.

Em resumo, a inflação para os que já gastam parte significativa de sua renda com esses insumos acaba sendo maior do que para quem tem renda mais alta. "O auxílio emergencial tenta sustentar

um nível mínimo de consumo. Isso concentra o consumo em insumos básicos e acaba trazendo aceleração de preços nesses itens. A ampla fatia de trabalhadores menos qualificados, que depende mais de alimentos, de energia, vai ter uma grande carestia. Vai gastar mais com insumos básicos, ao mesmo tempo em que vê sua renda caindo", adianta o professor.

A política de regulação dos preços dos combustíveis, vinculada às flutuações do mercado internacional, que faz com que os valores continuem a subir, e o aumento nas tarifas de energia elétrica decorrente da crise hídrica para a qual não havia planejamento ajudam a deteriorar o cenário. A subida constante dos combustíveis (e, por tabela, do gás de cozinha) e, agora, a do preço da luz formam uma combinação em que o resultado é o impacto generalizado no preço de insumos e, em conse-

quência, no de produtos em geral.

"Para completar, vamos manter uma taxa de desemprego muito alta, e com tendência de crescimento. Porque, além da lenta retomada de setores com alta empregabilidade, uma parcela das pessoas que havia saído do mercado e deixado de procurar emprego agora volta a fazer isso. E uma parte da taxa de desemprego é definida pela busca ativa. Entre desempregados e os que estavam fora do mercado sem procurar trabalho, estamos batendo nos 20 milhões de pessoas. Mais dia, menos dia, este número vai aparecer", alerta Fausto Júnior.

Pelo menos, três levantamentos divulgados ao final do primeiro semestre deste ano corroboram o entendimento de que o crescimento econômico se dá combinado com uma reconcentração de renda, a qual tende a afetar negativamente o desenvolvimento do Brasil nos próximos anos.

Elite dos 1% mais ricos concentra quase metade da renda

Na penúltima semana de junho, o relatório Riqueza Global, publicado anualmente pelo banco Credit Suisse, apontou que, em 2020, quase metade da riqueza do país (49,6%) ficou concentrada com o 1% mais rico. Na comparação com 2019, a concentração aumentou: naquele ano, o 1% mais rico ficava com 46,9% do bolo. Em um ranking com 10 das maiores economias do mundo, como Estados Unidos, Índia, Alemanha e China, o Brasil só perdeu, em concentração de renda no ano passado, para a Rússia.

Na metade do mês, o centro de estudos e pesquisas FGV Social já havia concluído o levantamento

'Bem-Estar Trabalhista, Felicidade e Pandemia', em que analisou microdados da Pnad Contínua do IBGE desde 2012. O estudo concluiu que a renda média per capita do trabalho no país caiu ao menor nível desde o início da série. Pela primeira vez, ela ficou abaixo de R\$ 1 mil, além de apresentar uma queda de 11,3% no comparativo entre os primeiros trimestres de 2021 e de 2020. Nos primeiros três meses de 2020, essa renda era de R\$ 1.122. Porém, no período equivalente de 2021, baixou para R\$ 995,00.

O mesmo estudo demonstrou que a média das rendas indivi-

duais do trabalho caiu 10,89%, na comparação entre os primeiros trimestres de 2021 e de 2020. Mas, na metade mais pobre, o tombo foi bem maior: queda de 20,81%. Por fim, o levantamento abordou indicadores subjetivos, como o de satisfação com a vida. O resultado foi aumento da desigualdade de felicidade: a diferença de satisfação com a vida, que era de 7,9% entre os extremos de renda em 2019, saltou para 25,5% em 2020.

Na segunda quinzena, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), da ONU, divulgou que o Brasil caiu da sexta para a 11ª

posição entre os principais destinos de investimentos no mundo.

O recuo na atração de investimentos chegou a 62%. Foram, conforme os dados da ONU, US\$ 65 bilhões em investimentos diretos em 2019. Porém, no ano passado, eles despencaram para US\$ 24,6 bilhões, um patamar equivalente ao de duas décadas atrás. A falta de medidas sociais de controle da pandemia foi indicada como uma das causas da retração. E, ainda de acordo com o órgão da ONU, a penúria pode se manter em 2021 e 2022, em função das incertezas sobre a turbulência política e as questões sanitárias.

Revisão do Programa Nacional ameaça conquistas históricas dos direitos humanos

por Marcelo Menna Barreto

A reforma do Programa Nacional de Direitos Humanos em curso no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos tem tudo para se transformar em uma versão bolsonarista das políticas de proteção de minorias contra violações de direitos básicos no Brasil. Em sintonia com o desprezo dispensado pelo presidente Jair Bolsonaro e seus filhos aos direitos humanos, a “revisão” encomendada à ministra Damare Alves é feita sem transparência, diálogo ou consensos; exclui as comunidades envolvidas, dispensa especialistas e sinaliza com o desmonte do status de política pública conquistado pelo país nessa área nas últimas décadas

Em maio e junho de 1996, o Brasil tornava-se um dos primeiros países do mundo a cumprir a recomendação específica da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, Áustria (1993), ao atribuir de forma inédita aos direitos humanos o status de política pública governamental. Vinte anos depois da criação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), o

então deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) satirizava a iniciativa em um *tuíte* no qual afirmava: “Direitos humanos, esterco da vagabundagem”.

O que parecia ser mais uma ação midiática populista daquele que viria a governar o país, já antecipava promessas de campanha. Pouco mais de um ano depois, em 4 de novembro de 2017, o vereador carioca Carlos

Bolsonaro (do PSC à época) reeditou a provocação. O filho do presidente publicou em seu *Twitter* uma foto do candidato à presidência segurando uma camiseta com os mesmos dizeres. “Dica para a redação do Enem quando Bolsonaro for eleito presidente em 2018”, escreveu Carlos ao repetir a frase criada pelo pai em 2016.

Se o post do vereador não pas-

sava de uma provocação publicada horas antes da então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, liberar redações que poderiam ferir os direitos humanos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2018, agora – nos 25 anos do PNDH – a ideologia do clã, cujo patriarca ocupa a principal cadeira do Palácio do Planalto, assume contornos de uma ameaça real.



Manifestação de moradores da comunidade do Jacarezi, no Rio de Janeiro, após operação da Polícia Civil em que 28 pessoas foram executadas em 6 de maio deste ano – em uma ação atribuída à guerra entre milícias

Sigilo e portas fechadas

Sob encomenda expressa do presidente, Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, está comandando o que chama de “processo de revisão do PNDH”. Nas palavras da própria Damares, um grupo de trabalho deverá oferecer até novembro próximo “recomendações para o aprimoramento do programa”.

Até aí, não haveria maiores problemas. No avançar dos anos e na ampliação dos conceitos que caracterizam os direitos da humanidade, de 1996 a 2009, surgiram o PNDH1, o PNDH2 e o PNDH3.

Concretamente, a preocupação é o pouco que se sabe da iniciativa sob a tutela de Damares. Lideranças ligadas às causas dos

direitos humanos questionam a “metodologia” diretamente oposta aos processos que trataram as três versões do programa que transitaram entre os governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Damares editou, em 10 de fevereiro passado, a Portaria nº 457. É esse instrumento que permite a “revisão” do PNDH por um grupo de trabalho formado por 18 integrantes. Todos são ligados às secretarias nacionais do ministério comandado por Damares, incluindo seu próprio gabinete e o gabinete da secretaria-executiva. Literalmente, excluindo um representante da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, a ideia se concretizará em uma reforma de

gabinete. O ministério não retornou os pedidos de informações.

Até 2016, a elaboração coletiva do PNDH, com forte participação dos mais variados atores sociais, conferiu à iniciativa deflagrada

em 1996 reconhecimento internacional, mesmo pesando as mazelas do país que foram herdadas, em especial no pós-ditadura, como, por exemplo, a violência no campo e a violência das polícias.



Em 2016, o então deputado Jair Bolsonaro (PSC-SP) já exibia desprezo pelos direitos humanos, em um gesto reeditado pelo filho 02 em 2017

Ode à tortura

A celebração ao período de exceção é uma marca do governo e de quem gravita em torno dele. Bolsonaro, seus filhos e o próprio vice-presidente, general Hamilton Mourão (PRTB), cultuam de forma ostensiva figuras como o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, listado pela Comissão Nacional da Verdade como um dos agentes da ditadura mais bárbaros, que torturava presos políticos com requintes de sadismo.

PNDH 4

É nesse contexto – de um presidente que coleciona denúncias e pedidos de processos por desprezo aos direitos humanos fundamentais na Comissão Inter-

Em 4 de maio de 2020, Bolsonaro fez questão de receber no Palácio da Alvorada o tenente-coronel da reserva do Exército Sebastião Curió Rodrigues de Moura, um dos principais responsáveis pela repressão e desaparecimento de militantes da esquerda que atuaram na Guerrilha do Araguaia, nos anos 1970.

Ex-oficial do Centro de Informações do Exército (CIE) e ex-agente do Serviço Nacional de Informações

americana de Direitos Humanos (CIDH), na Organização das Nações Unidas (ONU) e no Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia, Holanda – que Nilmário Mi-



Em maio de 2020, Bolsonaro recebeu no Palácio da Alvorada o ex-tenente-coronel do Exército e torturador Sebastião Curió

(SNI), Curió fez parte de uma operação que matou 67 militantes, entre os quais 41 foram executados quando já estavam presos e amarrados.

O prestígio de Bolsonaro a Curió lhe rendeu uma denúncia na

Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH-Corte). Afinal, em 2010, o Brasil foi condenado nesse organismo da OEA exatamente por violação de direitos humanos no episódio do Araguaia.



Nilmário: “Tão logo acabar esse desgoverno, o Brasil terá que, urgentemente, trabalhar para um PNDH 4”

randa afirma: “Tão logo acabar esse desgoverno, o Brasil terá que, urgentemente, trabalhar para um PNDH 4”.

Miranda foi o primeiro ministro da então Secretaria Especial de Direitos Humanos do Brasil no governo Lula. Para ele, as evoluções do PNDH poderiam se encerrar na terceira versão, pois nela foi consolidado o conceito do que são direitos da humanidade para o país e abertas as portas para futuras ampliações no entendimento. “Falo na necessidade de um PNDH 4 porque, desde o golpe contra Dilma, se iniciou uma política de desmonte”, explica o ex-ministro.

Ele sabe do que fala. Quando deputado federal, Miranda foi o autor do Pedido de Requerimento que culminou na criação da Co-

missão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados, em 1995. “A reboque disso, surgiram comissões nas Assembleias Legislativas e nas mais variadas Câmaras de Vereadores pelo Brasil afora. A exceção foi a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que, desde 1983, já tinha a sua comissão, idealizada pelo deputado Carlos Araújo (1938-2017)”, lembra.

Para Miranda, no entanto, o mais grave está acontecendo sob o que chama de desmandos de Bolsonaro. “O pior é que ele sempre deixou claro que o seu primeiro governo seria para desconstruir tudo o que foi feito até então e o segundo, que entendo não haverá, seria para ajustar as instituições ao seu modelo. Modelo que é fascista”, define.

Reação na Câmara

Para a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), que foi ministra da Secretaria de Direitos Humanos (2011-2014) no governo Dilma Rousseff, Damares Alves está protagonizando “mais um absurdo autoritário do governo”. A Portaria não prevê a participação e o controle social na construção da política pública, usurpa e exclui o Conselho Nacional de Direitos Humanos e decreta o sigilo sobre as reuniões e discussões realizadas, afirma a parlamentar.

No final de maio, o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e seus representantes da sociedade civil cobraram da ministra dados sobre o andamento das

discussões internas. Não houve respostas. Na ocasião, Yuri Costa, presidente do conselho, declarou que a possível mudança no PNDH é um problema central. “O risco maior é perdermos a participação social para um posicionamento governamental. Quem entende as demandas da população de rua, das mulheres, da população indígena são eles mesmos”, explica a deputada, que apresentou na Câmara o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 16/2021, para sustar na íntegra a revisão do PNDH.

“Esse Projeto foi subscrito por mais de 45 parlamentares que têm a defesa dos Direitos Humanos em sua pauta. O presidente da

Câmara dos Deputados, em um gesto antidemocrático, decidiu

pela não tramitação e devolução do PDL”, informa.



Damaris Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Um país sufocado

Adriano Diogo, que presidiu por 10 anos consecutivos a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) e igualmente a Comissão da Verdade Rubens Piva do Estado de São Paulo, analisa a destruição da política de direitos humanos do governo brasileiro desde a queda de Dilma. Ele aponta um estudo do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) como “prova cabal da incompetência de um programa de governo que não preza pela execução orçamentária”.

Intitulado *Um país sufocado* – *Balço do Orçamento Geral*

2020, o relatório revela baixo empenho dos recursos dotados pelo governo federal, em especial em políticas sociais, as mais atinentes aos direitos humanos.

Para Diogo, o não empenho de recursos já destinados é característica de regimes autoritários, em que “ministros fracos e sem prestígio” não conseguem utilizar o valor disponibilizado. Na lógica, aponta, o que não é gasto repercute no ano posterior. Todas as rubricas de orçamento começam a ser reduzidas.

Atendo-se às ações para crianças e adolescentes no país, Diogo diz que o Inesc mostra que foram

R\$ 298,1 milhões a menos de recursos destinados em 2020 em relação a 2019 e, mesmo assim, com R\$ 45,7 milhões a menos executados. “Para se ter uma ideia do grau de perversidade dessa execução orçamentária, praticamente todos os programas foram reduzidos. Conforme o relatório do Inesc, a educação infantil é a expressão do desprezo pelo desenvolvimento da primeira infância no Brasil”, compara.

Na sua avaliação, o ministério esvazia as políticas de direitos humanos no país. “Com tranquilidade, podemos chegar à conclusão que o atual Ministério da Família,

das Mulheres e Direitos Humanos, comandado pela ministra Damares Alves, é um ministério da falta de direitos humanos, da falta de políticas de direitos humanos e da destruição da política de direitos humanos do Brasil”, alerta.

Desde os primeiros dias de governo, Damares desmonta mecanismos de prevenção, de enfrentamento e combate à tortura, interrompeu os trabalhos da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos e, agora, investe contra o PNH3. “Damares se prestou a fazer todo o serviço sujo, possível e imaginável, propondo a cura gay e o ensino domiciliar”, enumera.

Foto: Alesp/ Banco de Imagens



Damares comanda um ministério antidireitos humanos, afirma Diogo

Foto: Agência Câmara



Para Maria do Rosário (PT-RS), Damares Alves protagoniza mais um absurdo autoritário do governo

 Espaço do Professor

AGORA VOCÊ TEM UM ESPAÇO SÓ SEU NO SITE DO SINPRO/RS

Com seu login e senha, você entra em um espaço virtual restrito com informações e serviços de seu interesse. No Espaço do Professor, você consulta a posição de ações trabalhistas, verifica as comunicações enviadas para você, atualiza boletos e cadastro, tem informações personalizadas sobre seu plano de saúde, além de aproveitar ferramentas como banco de currículos, Calcule seu Salário e muito mais.



Assembleia de credores da Recuperação Judicial da Aelbra será retomada em setembro

O adiamento em 90 dias foi decidido assim que a Assembleia foi instalada no dia 24 de junho. O pedido de suspensão partiu da própria Associação Educacional Luterana do Brasil (Aelbra), que deverá apresentar novo Plano de Recuperação aos credores com 15 dias de antecedência à reinstalação reagendada para o dia 22 de setembro, às 14h

por César Fraga

Na ocasião, os credores financeiros propuseram a contratação da consultoria FTI Consulting para controlar e supervisionar os pagamentos e as contratações da Aelbra, mantenedora da Rede Ulbra de Educação. A ideia é melhorar as condições do plano de Recuperação Judicial (RJ) e a interlocução com os credores. Quando colocada em votação, a proposta obteve 93,97% de aprovação entre os credores (correspondente aos valores de créditos habilitados).

Não foi juntado aos autos, porém, e nem apresentado na Assembleia o Plano de Recuperação Modificativo, o qual a Aelbra havia encaminhado e apresentado aos sindicatos de trabalhadores previamente. Conforme ava-



Foto: Igor Sperotto

Campus da Ulbra em Canoas: instituições mantidas pela Aelbra no RS acumulam passivo superior a R\$ 6 bilhões

liação do advogado Caio Zogbi Vitória, que é assessor especial do Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS) na RJ, “talvez a Aelbra tenha feito isso ao constatar o quão insustentável era o plano e recuou”.

O pedido de suspensão partiu da própria Aelbra, que deverá apresentar novo Plano de Recuperação aos credores com 15 dias de antecedência à reinstalação reagendada para o próximo dia 22 de setembro, às 14 horas.

“O Sindicato, em nome dos seus representados, votou pela suspensão da Assembleia na perspectiva de melhorar o plano de recuperação, de modo a contemplar mais amplamente os interesses de ex-professores e dos que continuam empregados”, explicou Marcos Fuhr, da direção do Sinpro/RS.

Histórico da crise financeira

Com um passivo trabalhista de mais de R\$ 500 milhões e dívidas tributárias (entre outras) de cerca de R\$ 5,8 bilhões, em 6 de maio de 2019, a Aelbra, mantenedora da Rede Ulbra de Educação, ingressou com um pedido de Recuperação Judicial perante o 1º Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Canoas (RS).

Negado em primeira instância, no dia 13 de dezembro do mesmo ano foi dado provimento ao recurso de apelação interposto perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), quando foi finalmente deferido o processamento da Recuperação Judicial.

No começo de 2019, ocorreu um volume massivo de demissões

e outra leva em setembro. Também nesse ano, foram promovidos acordos de redução salarial. Em dezembro, com o deferimento da RJ, a Ulbra interrompeu o pagamento do acordo feito no primeiro semestre.

A representação dos professores ingressou com Agravo de Instrumento provido para reto-

mada dos pagamentos no TJ/RS (pendente no Superior Tribunal de Justiça). Em março de 2020, foi apresentada a primeira versão do plano de recuperação, pouco antes do agravamento da pandemia.

Em valores atualizados, o total de créditos trabalhistas da Aelbra, habilitados na Recuperação Judicial, é de R\$ 716 milhões.

Demitidos sem receber verbas rescisórias

Em setembro de 2020, a Aelbra firmou com o Sinpro/RS um Acordo Coletivo para o pagamento parcelado das dívidas rescisórias de um novo grupo de cerca de 190 professores demitidos naquele mês.

Também em setembro do ano passado, uma decisão do TJRS agravou a situação de outro grupo de mais de 500 professores e funcionários demitidos pela Universidade em 2019 e que ainda não receberam suas verbas res-

cisórias, justamente por conta do deferimento da RJ.

O Acordo Coletivo feito pelo Sinpro/RS e por sindicatos de técnicos administrativos foi firmado no primeiro semestre de 2019 também para o pagamento das verbas rescisórias, em 20 parcelas, mas deixou de ser cumprido em dezembro de 2019. No começo de 2020, por decisão judicial, foram quitadas mais duas parcelas.

Porém, no dia 28 de setembro, o desembargador Ney Wiedemann

Neto deferiu efeito suspensivo solicitado pela empresa Blackwood Consultoria Empresarial Ltda, que alega ser credora da Aelbra, e pela própria mantenedora da Ulbra. O Sindicato dos Professores recorreu da medida ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

No dia 1º de julho, o ministro Marco Aurélio Bellizze, da 3ª Turma, deu provimento aos recursos especiais da Blackwood e da Aelbra, mantendo os créditos rescisórios decorrentes do Acordo de parcela-

mento das verbas rescisórias dos professores desligados no início do ano de 2019 dentro da Recuperação Judicial (RJ). O Sinpro/RS está analisando os recursos cabíveis contra essa decisão que ocorreu de forma monocrática, ou seja, sem que o tema fosse levado para deliberação dos demais componentes da Turma julgadora.

Leia mais sobre esse conteúdo no site do Extra Classe em www.extraclasse.org.br.

Aprovado acordo para renovação da Convenção Coletiva da educação infantil

Os professores da educação infantil exclusiva aprovaram em Assembleia Geral, realizada no dia 28 de junho, a proposta para renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), negociada pelo Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) com o Sindicato Patronal (Sindicreches).

Na reunião on-line, além da CCT 2021, os docentes aprovaram o reajuste salarial retroativo a 2020, uma vez que, no último ano, não houve reposição para este nível de ensino. Desta forma, ficou definido o reajuste de 2,46%, retroativo a maio de 2020, exceto nos meses em que houve suspensão temporária do contrato de trabalho, a ser pago até 15 de agosto.

Ficou definido ainda o reajuste de 4%, a ser pago em novembro des-

te ano, sem retroatividade, referente à correção de 2021. Para o menor piso salarial pago aos professores em Porto Alegre, haverá a reposição de mais 1% em março de 2022.

DIREITOS – A Convenção Coletiva de Trabalho prevê também o pagamento do valor integral do 13º salário até 20 de dezembro, a transferência da data do feriado em comemoração no Dia do Professor, para 11 de outubro, com indisponibilidade total do docente, e licença remunerada nos dias 24 e 31 de dezembro, sem atividades dos professores, além da manutenção das demais cláusulas da CCT.

“As negociações se encerram de forma positiva, garantindo a manutenção dos direitos conquistados nas últimas negociações e

Foto: pexels



repondo perdas acumuladas desde 2019 para as professoras de educação infantil, um dos níveis de ensino mais atingidos pelos efeitos econômicos da pandemia”, explica Margot Andras, diretora do Sinpro/RS.

O documento será formalizado pelo Sinpro/RS nos próximos dias e disponibilizado no site (www.sinprors.org.br) e no aplicativo do Sindicato (ferramenta disponível gratuitamente nas lojas Google Play e Apple Store).

CONSELHO DE EDUCAÇÃO

Diretoras do Sinpro/RS e do Cpers tomam posse como conselheiras

Tomaram posse, no dia 23 de junho, as novas integrantes do Conselho Estadual de Educação (CEEEd/RS), Sandra Balbé de Freitas, diretora do Sindicato dos Professores (Sinpro/RS), e Dulce Miriam Delan, do Cpers/Sindicato, completando o quadro de 21 con-

selheiros do Órgão. A cerimônia ocorreu um ano e três meses após a indicação das respectivas representantes das entidades sindicais, que têm assento no Conselho.

O CEEEd chegou a ter dez vagas em aberto pela interferência e não nomeação do governo do estado.

Os novos conselheiros só foram nomeados por ato do governador após diversas ações judiciais movidas pelo Sinpro/RS e demais entidades. “É uma honra e uma grande responsabilidade ter sido escolhida para integrar o Conselho em um momento tão difícil como este de pandemia.

A educação precisa estar no foco central, pois não vejo outro caminho para resgatar muito do que se perdeu neste período”, disse Sandra em seu discurso de posse. Atualmente, o Sinpro/RS dispõe de duas vagas no Conselho Estadual com mandatos de quatro anos cada.

SINDICALIZAÇÃO

Campanha 2021 se encerra em agosto

Encerra-se em 31 de agosto a Campanha de Sindicalização do Sinpro/RS. Os professores que mais associarem seus colegas ganham premiações exclusivas, sem sorteio. As bonificações para os docentes

sindicalizadores variam de acordo com o número de novos sindicalizados efetivados.

Quem confirmar a associação de cinco professores terá direito a uma pasta executiva de couro para note-

book; os que associarem oito docentes ganharão um celular Motorola One Vision; já aqueles que sindicalizarem 12 ganharão um notebook Dell. Confira detalhes técnicos de cada premiação no regulamen-

to disponível no site do Sindicato (www.sinprors.org.br).

A ficha de sindicalização e orientações sobre a Campanha também podem ser acessadas na página da entidade.

Veja como é fácil dar uma aula de cidadania

Com a ajuda dos professores, o Sinpro/RS já está doando cestas básicas e produtos de higiene pessoal. A vida está difícil para todo mundo, mas mesmo com uma pequena contribuição, você pode fazer uma grande diferença na vida de quem mais precisa.

Chave PIX para doação: 51997337506

saiba mais em www.sinprors.org.br

Professores SOLIDÁRIOS
Sinpro/RS - Sindicato dos Professores

Acordo intensifica fiscalização dos protocolos de prevenção à covid-19 no ensino privado

Foi concluída em junho a mediação do Termo de Compromisso para minimizar os danos a alunos, professores e demais trabalhadores no ensino privado, causados pela pandemia da covid-19. Em sessão realizada pelo Judiciário estadual, o Sindicato dos Professores (Sinpro/RS), o Sinepe/RS, entidade que representa as instituições de ensino particulares do estado, com a participação da Associação de Mães e Pais pela Democracia (AMPD), firmaram o

Termo. Um documento semelhante está sendo redigido para o ensino público.

O termo de compromisso foi elaborado de forma conjunta e conduzido pela juíza Dulce Ana Oppitz, coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Porto Alegre (Cejusc-POA) e pelas mediadoras Eliane Hermann e Carla Bezzon, juntamente com a presidente do Conselho Estadual de Educação (CEEEd/RS), Márcia Carvalho.

Desde o reinício das aulas presenciais, a partir de 23 de abril, inúmeros casos de contágio de professores, estudantes e familiares vêm sendo denunciados pela comunidade escolar aos sindicatos.

CANAL COVID – O Sinpro/RS disponibilizou em junho o Canal Covid, um serviço de orientação aos professores sobre prevenção e fiscalização dos protocolos sanitários nas instituições, além de um espaço para denúncias. O Canal pode ser acessado diretamente no

site do Sindicato e em qualquer dispositivo móvel.

Neste primeiro mês de funcionamento, o espaço recebeu quase 300 denúncias de descumprimentos em escolas e instituições de ensino superior, além de outras dezenas de notificações de casos de covid-19.

No site do Sindicato, estão disponíveis o link para o Canal Covid com as orientações e o formulário de denúncias. Acesse www.sinpro.rs.org.br.

PLANOS DE SAÚDE

Associados têm acesso a informações e boletos no Espaço do Professor

Os professores associados ao Sinpro/RS já podem acessar as informações completas de seus planos de saúde, conveniados ao Sindicato, diretamente pelo *Espaço do Professor*. Na nova área, lan-

çada em junho, os usuários podem imprimir boleto para pagamento do plano, acessar informações completas, incluir dependentes e alterar informações pessoais.

Ainda no *Espaço do Professor*,

os associados encontram seu histórico financeiro, a lista completa de comunicados enviados pelo Sindicato para o seu e-mail, além de informações sobre andamento de processos judiciais, Ranking

Salarial do ensino privado e uma ferramenta desenvolvida exclusivamente para a conferência dos valores corretos do salário pago aos docentes. Acesse www.sinpro.rs.org.br

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers



5 x 5 no STF, a revisão da vida toda divide a Corte Suprema

Ninguém, nem mesmo o mais otimista dos operadores do direito, poderia supor a tamanha divisão no Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da revisão da vida toda.

Iniciado o julgamento, travadas as posições iniciais a favor com o voto do ministro Marco Aurélio, o resultado encontra-se sobrestado com pedido de vistas do ministro Alexandre de Moraes, com igualdade de votos favoráveis e contrários à tese.

Espectadores e advogados dividem-se em quase idêntica partilha em relação ao julgamento final: 50% acham muito difícil que o ministro, indicado por Michel Temer, vote a favor dos aposentados. Vislumbram um voto mais próximo do argumento financeiro do debate.

Outros, ao contrário, analisando votos dados já em relação a aposentadorias especiais, como a dos policiais e de outras categorias, entendem que deverá tomar uma posição mais social e técnica, pois não há vedação na Constituição nem mesmo na Lei para calcular as aposentadorias com o universo de todas as contribuições.

Divisões à parte, cabe destacar o voto do ministro Marco Aurélio, com notório valor social e a devida fonte de custeio, que asseverou: “Não há falar em majoração de benefício sem contrapartida, tampouco ofensa ao equilíbrio financeiro e atuarial do RGPS. Ao contrário, o enfoque prestigia a realidade dos fatos, uma vez que o afastamento da limitação temporal, considerada a regra definitiva, permite alcançar recolhimentos efetivamente realizados”. Denota-se do voto refutar, de plano, qualquer argumentação econômica ou de supostos prejuízos, pois está posta a fonte de custeio com base no lastro temporal contributivo integral.

Em contrapartida, posicionando-se com foco deveras econômico e,

ainda, sob argumento afeito a prejuízo com o possível reconhecimento da tese, expôs o ministro Nunes Marques: “Não custa lembrar, por fim, que o acolhimento do pedido implicaria vultoso impacto econômico, que seria suportado pela Autarquia Previdenciária num primeiro momento — e, posteriormente, pelos novos segurados, em sucessivas reformas previdenciárias que se mostrariam decerto necessárias. A Constituição (art. 201, caput) impõe o equilíbrio atuarial como um elemento fundamental de toda a estrutura do Regime Geral de Previdência Social, e isso não pode ser perdido de vista na aplicação das normas constitucionais desse específico campo da institucionalidade brasileira”.

Notadamente, expõe enorme contradição dizendo do impacto econômico e, ao mesmo tempo, falando do equilíbrio atuarial. Deixa ao largo todo o lastro contributivo efetuado pelo segurado, ao que parece, propositalmente esquecido, mas é ele a opor-se quanto aos valores da preservação do valor, irredutibilidade e efetiva contrapartida contributiva.

Seguiu o ministro a dizer, em Nota Técnica juntada pelo INSS, fonte o Ministério da Fazenda: “Dados constantes dos autos sinalizam uma despesa na ordem de 46,4 bilhões de reais apenas para quitar o passivo decorrente das aposentadorias por tempo de contribuição no período de 2015 a 2029”.

A nosso ver, fica a seguinte questão: trata-se de despesa em relação ao passivo, ou, na verdade, estamos diante de verdadeiro estelionato previdenciário, dado o singelo fato de o benefício ser devido com efetivo valor real, tendo garantia de irredutibilidade e, principalmente, a contrapartida contributiva.

O voto de minerva está marcado para ser devolvido no mês de agosto de 2021.

Dia da Solidariedade para arrecadar alimentos

Foto: Igor Sperotto



O Sinpro/RS, por meio do projeto *Professores Solidários*, integra a campanha estadual pela arrecadação de alimentos, roupas e cobertores no *Dia da Solidariedade*, convocado pelos movimentos social e sindical para auxiliar as comunidades carentes e a população em situação de rua, no sábado, 10 de julho.

Em Porto Alegre, o Sindicato dos Professores receberá as doações, no sistema de *drive-thru*, em frente à sua sede estadual – na Avenida João Pessoa, 919 – bairro Farroupilha, das 9h às 13h.

“A pandemia agravou a fome. Há milhares de gaúchos em situação de insegurança alimentar e, agora com o frio, a situação ficou ainda mais difícil”, observa Patricia Dyonisio de Carvalho, diretora do Sinpro/RS. Ela integra o projeto *Professores Solidários*, criado em maio do ano passado pelo Sindicato, para, com a ajuda da categoria, auxiliar as comunidades mais vulneráveis fragilizadas ainda mais pela grave crise sanitária. “No ano passado, a campanha auxiliou também professoras que perderam o emprego durante a pandemia”, conta Patricia.

O Sindicato está fazendo um chamamento aos professores do ensino privado para participarem da campanha. A equipe do projeto *Professores Solidários* receberá as doações e as repassará para as comunidades carentes e pessoas em situação de rua.

Podem ser doados alimentos não perecíveis, como arroz, feijão, lentilha, farinha de trigo, farinha de milho, polvilho, óleo, sal, açúcar, massa, café, leite de caixinha, leite em pó, cevada, biscoitos, pipoca, achocolatado, gelatina em pó, lata de sardinha e atum.

“A ideia é de, com a arrecadação pelo sistema de *drive-thru*, facilitar a participação dos professores e, ao mesmo tempo, evitar aglomerações”, destaca Celso Stefanoski, diretor do Sinpro/RS, que também integra a equipe da campanha.

Desde seu lançamento no ano passado, a campanha *Professores Solidários* já distribuiu mais de 700 cestas básicas para famílias da Região Metropolitana e do interior do estado.

DOAÇÕES EM DINHEIRO – As doações em dinheiro para a aquisição de alimentos podem ser feitas de duas formas: depósito na conta bancária aberta exclusivamente para a campanha (Banrisul: Banco 041, agência: 0100, conta corrente 06.253.0242-2, CNPJ Sinpro/RS: 92.948.389/0001-10; ou para a chave PIX da Campanha, que é o número do telefone 51 99733-7506.

COVID-19 – No dia 10, o Sindicato oferecerá gratuitamente aos professores associados e seus dependentes a sanitização de seus automóveis. A aplicação, que também será realizada na frente da sede estadual em Porto Alegre, protege as superfícies internas do automóvel contra fungos, bactérias e vírus, inclusive o coronavírus, com ação contínua por 21 dias.

A sanitização é rápida (apenas cinco minutos), e o automóvel fica liberado para o uso 30 segundos após a conclusão. O produto aplicado é seco, sem cheiro nem resquícios, comumente usado em hospitais e ambulâncias durante a pandemia. A empresa responsável pela sanitização será a Clean Help, especializada em desinfecção de ambientes.

ATIVIDADE FÍSICA EM FAMÍLIA Juntos, mas não tanto!

Atualmente, com a correria do dia a dia, resta pouco tempo com qualidade em família, não é verdade? Apesar disso, estar juntos deveria ser uma prioridade, ainda que em breves períodos. Passar um tempo com as pessoas que amamos traz um sem-fim de benefícios para todos os envolvidos nesses laços, sejam eles quais forem.

Vale ressaltar que na família se faz o ambiente mais importante para o desenvolvimento saudável do indivíduo, pois é a partir desse grupo social que ele vai criar seus primeiros laços afetivos.

Fortalecer os laços

Uma forma de estreitar laços é fazer atividades juntos, o que pode incluir desde uma ida ao cinema, um momento gourmet e – por que não? – não uma prática física.

Atividade física faz bem!

Inúmeros estudos científicos comprovam isso, além de ser importante para a saúde mental, saúde cognitiva e a qualidade do sono.

Sedentarismo faz mal! Dados preocupantes

40,3% dos adultos são sedentários, e 85% dos jovens entre 11 e 17 anos são menos ativos do que deveriam.

Criar a cultura do movimento em família

Uma ótima oportunidade de estreitar os vínculos é através da atividade física. Aqui, vale sair para caminhar, pedalar, correr e muito mais.

Nós, do Sinpro/RS, estamos com você neste desafio!

Oferecemos muitas atividades para ajudá-lo a construir novos e saudáveis hábitos em família.



Denise Piltcher
Diretora Técnica da
Pace Consultoria Esportiva
CREF RS-005862

Aulas online

Em parceria com a Unimed Porto Alegre, oportunizamos uma grade semanal de atividades físicas online, totalmente gratuita. Acesse e se inscreva www.unimedpoa.com.br/blogviverbem/agenda

Tem mais!!!

A Plataforma SOMOS MOVE – uma plataforma digital de videoaulas de Yoga, alongamentos, Treinamento Funcional, receitas e planos alimentares e muito mais. Tudo isso no seu celular ou desktop! É livre e gratuita para os associados e dependentes do Sinpro/RS. Acesse e faça seu cadastro.

www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor/

Juntos em busca de mudanças positivas no seu estilo de vida!





Nelinho, Dionísio e Binho

Em um país onde há tantas pessoas dispostas a sustentar o absurdo, as Audiências de Custódia têm sido atacadas pela extrema-direita e demonizadas pelo clã Bolsonaro

Foto: Sidinei Brzuska/ Acervo Pessoal



Um sujeito entrou em uma loja em Porto Alegre e anunciou o assalto. Roubou o dinheiro do caixa, mais alguns pertences da vítima e se mandou a pé. O proprietário acionou a Brigada e os PMs avistaram dois suspeitos a algumas quadras dali.

Um deles, o Nelinho, estava com a *res furtivae*. A vítima identificou o assaltante. Sobre Nelinho, disse, apenas, que ele era um “flanelinha” das redondezas. Registrado e homologado o flagrante, a preventiva foi decretada. No outro dia, os presos foram conduzidos à Audiência de Custódia.

O sujeito que entrou na loja tinha uma atadura no braço e alguns arranhões no rosto. Perguntado sobre a origem dos ferimentos, disse que eram coisa de “briga de rua”.

O juiz pede, então, a presença do segundo preso. Há uma demora até que, finalmente, Nelinho é trazido, carregado por dois PMs. Ele não consegue ficar em pé. Cabeça enfaixada, rosto deformado, muito sangue pelas roupas sujas e rasgadas.

Com esforço, se equilibra na cadeira. “O que aconteceu contigo?”, pergunta o magistrado, “os policiais te bateram?” Foi quando Nelinho contou que viu quando o assaltante saiu correndo. “Conheço o dono da loja, doutor, é gente boa. Então, fui atrás do cara.” Conseguiu alcançar o assaltante, entraram em luta e ele recuperou o produto do roubo. Nesse mo-

mento, os policiais chegaram e os dois foram presos.

No Presídio Central, ambos foram colocados em uma cela com todos os presos daquele dia. Daí o assaltante contou o que tinha ocorrido, o que fez com que os outros presos espancassem Nelinho até ele desmaiar, “prá aprender a não dar uma de polícia”.

Outro assalto em Porto Alegre, em um bar, foi praticado por quatro caras. Três entraram no estabelecimento e um ficou aguardando no carro. O veículo foi descrito pelas vítimas e a Brigada começou a busca.

O carro foi avistado na zona sul e a perseguição teve início. Lá pelas tantas, nas proximidades de uma avenida movimentada, os assaltantes largaram o veículo e correram em diferentes direções para escapar. Os PMs foram atrás e houve troca de tiros. Ao final, quatro suspeitos foram presos. Mesmo quadro de gravidade, prisão preventiva decretada.

No outro dia, os quatro são apresentados ao juiz em Audiência de Custódia. O magistrado percebe que três dos detidos ficavam juntos, se apartando do outro. Curioso com a postura, o juiz pergunta: “Há alguma bronca entre vocês?”. Então, um dos presos explica: “Doutor, foi nós que meteu o bar, mas esse aí (apontando para o quarto) a gente não sabe quem é”. O quarto preso era o Dionísio. No depoimento ao juiz, ele contou que estava na parada, esperando o ônibus, quando começou o tiro-

teio. “Eu é que não ia ficar ali, de bobeira. Então, corri”, disse. Talvez por ter corrido, talvez por ser negro, Dionísio, trabalhador, pai de família, foi preso.

O outro caso envolve uma barreira da Polícia Rodoviária. Uma caminhonete dessas que valem uma fortuna chamou atenção dos policiais.

Checando os dados, descobriram que o carro era “clonado”. Havia dois homens no veículo. Na revista, os policiais encontraram dois revólveres e uma carteira com dinheiro e vários cheques de pessoas diferentes. Não deu outra: preventiva.

Na Audiência de Custódia, o juiz entrevista o motorista, um senhor uruguaio. Fazendeiro, havia fechado a venda de gado para vários clientes. As armas eram suas e estavam registradas. A caminhonete estava irregular mesmo, razão pela qual pagou fiança de R\$ 80 mil. O segundo preso era o Binho, um operário bem quisto na região. Naquela tarde, foi para a estrada tentar uma carona. Depois de muito esperar, parou aquela caminhonete. Talvez o motorista tenha perguntado: “¿Qué tan lejos vas?” Nenhum deles poderia imaginar que iriam para a prisão.

DIREITO BÁSICO – Os nomes são fictícios, mas as histórias são reais e me foram contadas por Sidinei Brzuska, um dos magistrados que honram o Poder Judiciário. Nelinho, Dionísio e Binho foram soltos graças ao fato de terem sido apresentados a um juiz, porque há coisas que um juiz nunca saberá se

apenas ler um processo. Em todo o Brasil, muitos outros casos do tipo ocorrem todos os dias. As histórias servem para entender por que as Audiências de Custódia são tão importantes. O mecanismo é um direito básico definido pelo art. 7.5 do Pacto de São José da Costa Rica, que assinala:

Toda pessoa presa, detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais e tem o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo.

Sem as Audiências de Custódia, pessoas presas em flagrante com preventiva devem aguardar vários meses “na tranca” até que a primeira audiência ocorra. Uma espera que é muito funcional às práticas de tortura e que traduz violência absurda. Como não poderia deixar de ser em um país onde há tantas pessoas dispostas a sustentar o absurdo, as Audiências de Custódia têm sido atacadas pela extrema-direita e demonizadas pelo clã Bolsonaro. Este texto serve também para lembrar que as Audiências de Custódia seguem suspensas no RS, desde o início da pandemia.

Arte⁺



Foto: Mitti Mendonça / Divulgação

Memória, afeto e ancestralidade

por Gilson Camargo

A artista têxtil e ilustradora Mitti Mendonça e a fotógrafa e artista visual Ursula Jahn, cada uma a seu modo e lançando mão de diferentes motivações, técnicas e materiais, recorrem às imagens para resgatar a identidade, os afetos e a ancestralidade femininas com a exposição *Afeto Presente*, na Galeria Ecarta, até 10 de julho.

São 20 obras em bordado e fotografia e um vídeo, divididos em duas mostras dentro da mesma exposição, as quais expressam a identidade e o imaginário das mulheres das famílias das autoras, que elas buscam resgatar por meio de pesquisa documental e oral. Em comum, a busca de autorreconhecimento e do pertencimento coletivo nesse jogo de luz e sombras da memória – que mantém vivos determinados afetos, pessoas e acontecimentos, enquanto obscurece outros.

“O ponto de convergência é a temática. Ambas as artistas têm pesquisas sobre memória familiar, ancestralidade e afetos sob um ponto de vista matriarcal. Contudo, fizemos a divisão da exposição em duas salas porque entendo que cada uma está contando a sua própria história através das obras apresentadas”, explica a historiadora Mel Ferrari, integrante do grupo de pesquisas *Mulheres nos Acervos* e curadora da mostra.

“Essa forma de representação

coletiva herdada para subverter o uso cotidiano dos materiais, das linhas e dos tecidos, mesclando-os com o desenho e fazendo uma releitura das fotografias de família. “A construção dos retratos revela referências de matriz africana, presentes em toda sua produção”, repara a curadora.

Retratos de família

Com interferências nos retratos de seus familiares, Mitti Mendonça apresenta dez obras com

costura e bordado, técnicas que aprendeu com suas tias. Ela relata que se utilizou de uma experiência



Foto: Mitti Mendonça / Divulgação



Foto: Igor Sperotto

Mitti: “Historicamente, a arte reserva lugar de destaque aos homens. As mulheres não tiveram tempo nem espaço para criar além do ambiente doméstico”

da figura feminina é antagônica aos cânones da história da arte, reafirmando uma contranarrativa que, ao mesmo tempo em que

cultiva a memória, transborda o espaço privado para alçar outras dimensões públicas”, conceitua a produtora cultural.

coletiva herdada para subverter o uso cotidiano dos materiais, das linhas e dos tecidos, mesclando-os com o desenho e fazendo uma releitura das fotografias de família. “A construção dos retratos revela referências de matriz africana, presentes em toda sua produção”, repara a curadora.

“Minha motivação é falar sobre as questões de ancestralidade, memória e afeto, herança ancestral”, revela Mitti. As obras foram elaboradas a partir da técnica de bordado, ponto russo e pedrarias. “São releituras dos meus álbuns de família, dez leituras de mulheres da minha família, especificamente retratos e um autorretrato”, descreve a artista.

Mitti vê as obras como uma materialização de heranças deixadas pelas mulheres que a antecederam e que ela quer passar adiante através do seu trabalho, da valorização do bordado com uma técnica artística. O ofício a motivou a criar o projeto *Mãos Negras* de valorização dessa herança cultural secular.

“Representa a oportunidade de dialogar, de provocar memórias também no público, porque muitas

pessoas têm também essa questão muito forte na infância, na juventude, de ter na família uma mulher que bordava. A minha intenção é resgatar esses afetos e fazer com que o espaço seja um lugar de acolhimento”, relata a artista, que nasceu e mora em São Leopoldo.

A mostra também “fala” sobre protagonismo de mulheres negras, acrescenta Mitti. “Penso no quanto a arte, ao longo dos séculos, reservou lugar de destaque aos homens, os homens brancos. E as artistas mulheres não tiveram o tempo e o espaço necessário para cultivar o seu trabalho além do ambiente doméstico”, reflete.

Abordar o universo dessas personagens tão próximas, mas afastadas no tempo é como circular em conjunto com outras mulheres, expressa a artista. “Quando retrato essas mulheres da minha família, é como se estivéssemos todas lá, transitando por espaços não esperados. Todas eram empregadas domésticas. Penso no quanto o espaço da exposição representa um lugar onde elas podem ser reconhecidas e valorizadas nesse grande cânone que são as obras de arte”, constata.

Imagens dos álbuns de família foram recriadas por Mitti com bordado, ponto russo e pedrarias

Sobrenome materno

Ursula Jahn mostra em dez imagens e um vídeo uma narrativa ficcional que mistura relatos de familiares com seu "inconsciente imagético para ressignificar o sobrenome materno". Ela afirma que as obras buscam uma alteridade simbólica com sua mãe e irmã para resgatar a história das mulheres de sua linhagem, "como resistência afetiva sob o peso da estrutura patriarcal".

Graduada em fotografia pela Unisinos, nascida em São Sebastião do Caí, Ursula mora em Montenegro. O lugar da mulher na sociedade, a percepção do corpo e a autoimagem são temas recorrentes

em seus trabalhos. "Afeto Presente é uma exposição que reconstrói a nossa ancestralidade a partir de um ponto de vista matriarcal", define.

O trabalho em cartaz é uma história ficcional sobre a perda dos sobrenomes maternos. "Misturando acontecimentos verídicos que envolvem uma memória familiar e meu consciente imaginativo, me voltei ao passado e à memória que me contavam de que minha bisavó materna fraturou a cintura pélvica. Brinquei, então, que esse acidente foi o responsável pelo desalinhamento em minha descendência ancestral feminina, que resultou na perda do regis-



Foto: Igor Sperotto

Ursula: "Me aproprio das identidades de quatro gerações de mulheres de minha família para que essa ausência dos sobrenomes seja perceptível para o espectador". Ursula revela que esse trabalho é resultado de um *start* que ela teve em meio a um tratamento holístico, em 2019. "A terapeuta me disse que sentia existir um problema de ordem ancestral feminina na minha família, que sentia existir um processo de negação da linhagem materna. Pronto, eu saí de lá com a cabeça explodindo e fiquei um bom tempo refletindo sobre, e então percebi dois fatores dessa negação. O primeiro era um problema de ordem afetiva. E o segundo, eu e minha irmã apenas carregávamos o nome do

nosso pai e minha mãe só carregava o nome do pai dela e assim por diante", rememora.

Conta que passou a buscar imagetivamente o que ela carrega dessas mulheres que vieram antes e que já não vivem mais, e das que ainda se fazem presentes na sua vida. "Faço isso através de imagens de mim, minha irmã e minha mãe, da apropriação de imagens de minha avó e bisavó e de uma *videoperformance*. Criei o meu inventário afetivo dessas mulheres, como ritual simbólico de cura dessa ausência do sobrenome materno."

Inventário afetivo

Foto: Filipe Conde/ Divulgação



"Afeto Presente é uma exposição que reconstrói a nossa ancestralidade a partir de um ponto de vista matriarcal", define a artista

Você é o nosso melhor argumento para a sindicalização

Você, que já é sócio do Sinpro/RS, conhece os benefícios de ter um Sindicato com a estrutura necessária para fazer a defesa dos interesses das professoras e professores. Para seguirmos em frente, precisamos ampliar ainda mais o número de associados.

Vamos premiar a sua participação!

Basta que os colegas que você convidou indiquem o seu nome como "Sindicalizador" no preenchimento da Ficha de Sindicalização, que está disponível em www.sinpro.rs.org.br/sindicalizacao.



5 novos sócios,
você ganha uma
PASTA DE COURO



8 novos sócios,
você ganha um
SMARTPHONE



12 novos sócios,
você ganha um
NOTEBOOK

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

SINPRO/RS
VOCÊ USA, VOCÊ PRECISA
SINDICALIZE-SE!



FRAGA

Interrogassões

Como não seria de bom tom sugerir que esses fdps investigados pela CPI da Covid fossem interrogados pela Inquisição ou pela versão mais atualizada dela, o método Brilhante Ustra, resolvi eu mesmo entrar de sola na sala do interrogatório. A CPI precisa deixar de ser boazinha, tem que ir mais fundo na carne dos corruptos. Eis algumas perguntas que, além de não quererem calar, exigem um megafone na orelha dos canalhas:

1) Sua excelência, sua mãe não lhe deu educação, não? Ela não lhe disse mil vezes que é feio roubar, hein?! De quem veio esse seu apurado senso estético que vê beleza na apropriação indébita? Responda, seu miserável!

2) Tirando a punheta, quantos novos atos sacanas o senhor desenvolveu por baixo do pano? Quantos aplicou no mercado?

3) O nobre colega sabe a diferença entre cleptomania e se aproveitar dos indefesos cofres públicos? E entre pungar idosos e roubar pirulito de criança? Queremos medir a sua ética na roubalheira.

4) Senhor, quantas vezes já tirou troco a mais da carteira do ceguinho que vende bilhete e jogo da loteca? Quantas? Não ouvi, fale mais alto!

5) Desde que ano escolar o senhor começou a mostrar esse obsessivo interesse por sinônimos como falcatura, mutreta, negociata, maracutaia? Não minta, sua professora de português vai depor a seguir!

6) Esse seu incontrolável cacoete de babar toda vez que ouve falar a palavra propina – pare de babar, não terminei a pergunta! –, o senhor já tentou tratar? Diga o nome do seu analista, queremos o parecer dele!

7) E aquela história de obrigar um tatuador a desenhar “vergonha” na face direita para provar a todos que o ilustre parlamentar não era um desavergonhado? Por que saiu da loja sem pagar? E por que depois mandou apagar? E por que não pagou o procedimento clínico, porra?!

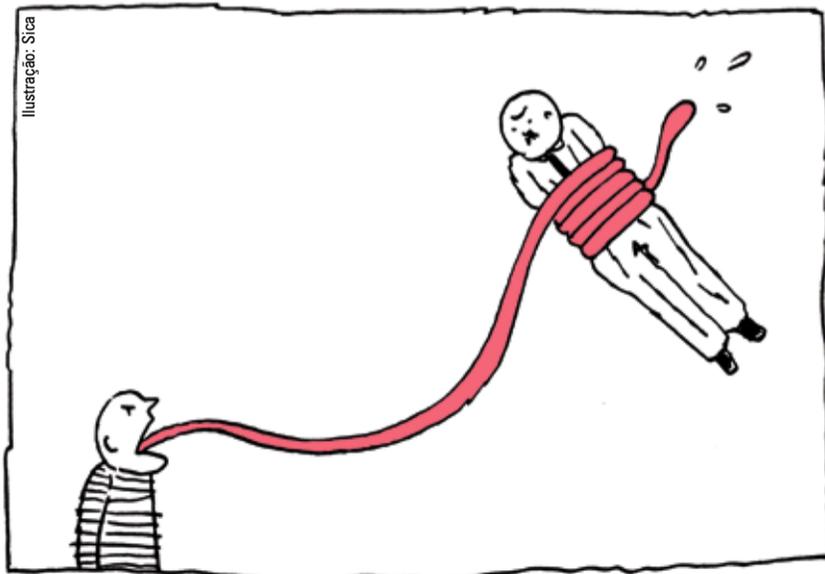
8) Onde vossa senhoria conseguia notas falsas para pagar os 10% dos funcionários no esquema da rachadinha no seu gabinete? E desde quando deixou de pagar os costumeiros 15%, que todo parlamentar rachadista costuma pagar?

9) Conte em detalhes para esta comissão sobre o curso de prevaricação que o senhor fez no Congresso, mas fugiu sem dar aula nenhuma e muito menos os prometidos certificados. Suas vítimas não deram queixa, mas você lembra os nomes, não lembra? Não proteja ninguém, seu infeliz!

10) Sua excelência nega que tenha laranjas nos seus negócios imobiliários. Mas queremos saber o seguinte: por que seus colegas corruptos o acusam de ter a maior concentração de laranjas, e que não sobra nenhum para eles?

11) Alguém da editoria do livro Guinness costuma contar em jantares que o senhor sondou para saber se poderia inscrever o recorde de maior superfaturamento no Brasil. De quanto era esse valor?

Etc etc etc. A comissão tem que ser muito mais dura com essa gente.



PROGRAMAÇÃO
ECARTA

A agenda completa
em ecarta.org.br
e 51. 4009.2971

SHOWS VIRTUAIS

Transmitidos pelo Youtube | 18h

10/7 – Barlavento
apresenta
**Piazzolla 100
anos.**



Foto: Igor Sperotto

24/7 – Nino e a
Coluna Prestes.



Foto: Fábio Art

ARTES VISUAIS

Porto Alegre | Entrada franca

As exposições da Galeria agora podem ser visitadas presencial e virtualmente

Até 11/7 – Visitação
à mostra **Afeto pre-
sente**, das artistas
Mitti Mendonça e Ur-
sula Jahn, com cura-
doria de Mel Ferrari

Visitação: de terça a
domingo, das 10h às
18h, com a aplicação
de todos os protocolos
de segurança, estabe-
lecidos pelos órgãos competentes.

Local: Galeria Ecarta (Av. João Pessoa, 943, Porto Alegre).

20/7 – Inauguração da mostra Território Provisório, de Jordi Tasso, Henrique Fagundes e Manoela Cavalinho, com curadoria de Diego Groisman



Foto: Igor Sperotto

CULTURA DOADORA

13/7, 19h – Painel *Dia mundial da saúde ocular*, com o médico Alexandre Marcon e a biomédica Carla Zanatelli, ambos do Banco de Córneas da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, e o músico Luciano Leães, pianista, compositor, produtor musical, transplantado de córneas. Transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.

CONVERSA DE PROFESSOR

15/7, 19h – Painel *Infância, brincadeira e cultura brasileira*, com o ator, músico e pesquisador Filipe Edmo.

Local: Transmissão ao vivo canal da Fundação Ecarta no Youtube.



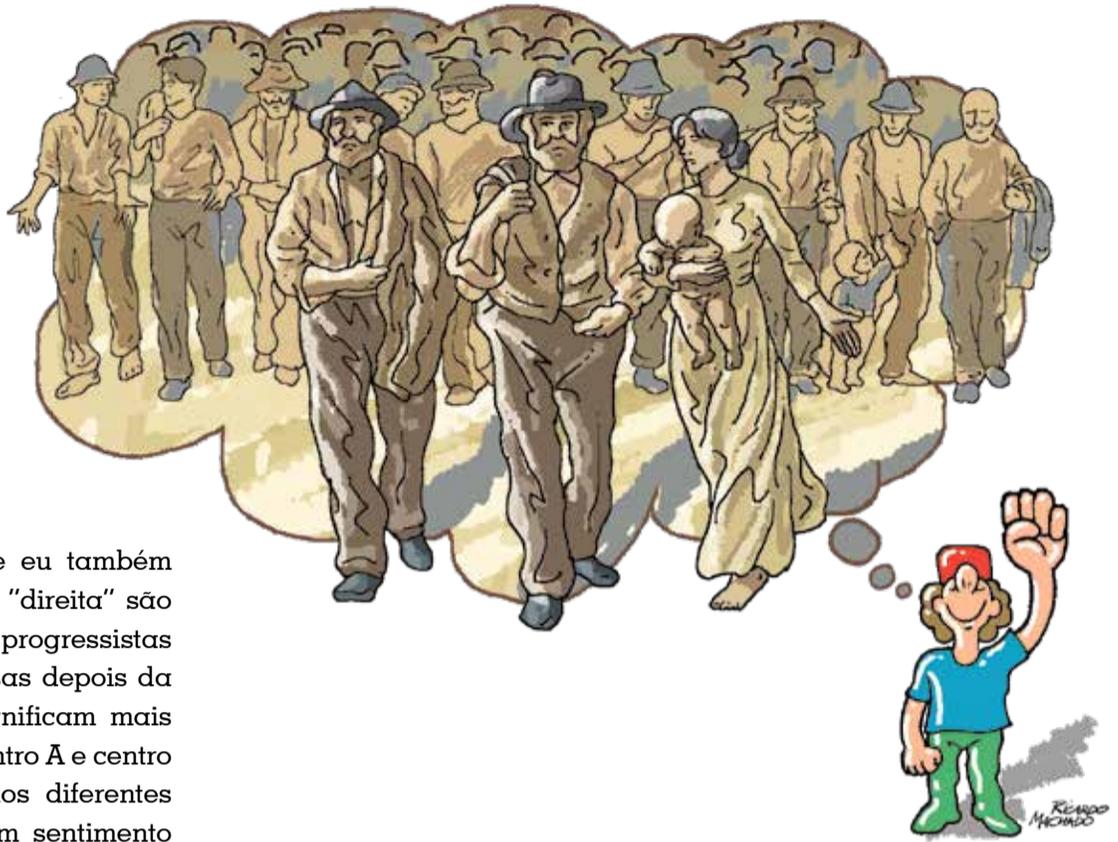
VERISSIMO

Nostalgia

Mesmo com outros nomes, como centro A e centro B, esquerdistas e direitistas ainda pensariam de modos diferentes e entenderiam e desejariam coisas opostas

As utopias morreram, as ideologias agonizam, e eu também não ando me sentindo muito bem. "Esquerda" e "direita" são termos obsoletos. Vêm da divisão física entre os progressistas e os conservadores nas assembleias legislativas francesas depois da Revolução. Quer dizer, têm mais de 200 anos. Não significam mais nada. Ou significam? Mesmo com outros nomes, como centro A e centro B, esquerdistas e direitistas ainda pensariam de modos diferentes e entenderiam e desejariam coisas opostas. Mas há um sentimento que une direita e esquerda. Uma nostalgia comum que nenhum lado confessa, e da qual talvez nem se dê conta. É a saudade do século 19.

Ah, o século 19. Foi quando a História, por assim dizer, entrou na história, e tudo recebeu seus nomes verdadeiros. Uma segunda Criação. Hegel ainda quente, Marx pondo seus ovos explosivos, o passado e o futuro sendo redefinidos com rigor científico, e a modernidade tecnológica e a modernidade social (ou, simplificando, a máquina a vapor e a nova consciência proletária) prestes a se fundir para transformar o mundo. "Bliss it was in that dawn to be alive" (Êxtase era estar vivo naquela aurora), escreveu o poeta Wordsworth sobre a Revolução Francesa. A esquerda poderia dizer o mesmo do século 19. Naquela aurora, não havia dúvida sobre a inevitabilidade histórica do



socialismo. Mas êxtase também espera a direita numa volta idílica ao século 19. Foi o século de reação à Revolução Francesa, da restauração conservadora na Europa depois do terremoto republicano e do nascente capitalismo industrial sem remorso. Os que propõem a "flexibilização" dos direitos dos trabalhadores conquistados em anos de luta, como a que pretendem hoje em Brasília, babariam com o que veriam no velho século: homens, mulheres e crianças trabalhando 15 horas por dia, sem qualquer amparo, e sem qualquer direito legal ou moral, fora seus magros salários. A perfeição. Antes que a pregação socialista a estragasse.

Século 19, terra de sonhos. Para a esquerda e a direita, juntas.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



Com foco na manutenção dos empregos e na preservação dos direitos, renovamos as Convenções Coletivas de Trabalho



Apesar das dificuldades impostas pela pandemia, conseguimos o mais importante: garantir o patrimônio de direitos dos professores e das professoras do ensino privado. Todas as negociações envolveram o trabalho de diretores, assessorias e funcionários de diversos departamentos do Sindicato.

Essa estrutura, necessária para o equilíbrio de forças com os sindicatos patronais, precisa de você junto com o Sinpro/RS.

Acesse www.sinprors.org.br e confira a íntegra das Convenções Coletivas.

